O FUTURO

DA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA, PSICOPEDAGOGIA E NEUROPSICOPEDAGOGIA.

DESAFIOS DA INCLUSÃO E IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES LEGAIS NOS DIREITOS EDUCACIONAIS.

Idênis Glória Belchior
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Eliana Drumond de Carvalho

O FUTURO DA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA, PSICOPEDAGOGIA E NEUROPSICOPEDAGOGIA: DESAFIOS DA INCLUSÃO E IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES LEGAIS NOS DIREITOS EDUCACIONAIS.

Idênis Glória Belchior
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Eliana Drumond de Carvalho

O presente estudo aborda o futuro da formação em Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia, destacando os desafios relacionados à inclusão educacional e os impactos das alterações legais sobre os direitos educacionais. O contexto educacional contemporâneo evidencia a necessidade de profissionais capacitados para atender à diversidade de estudantes, incluindo aqueles com necessidades especiais e transtornos de aprendizagem (Freitas, 2008; Dias; Endlich, 2017). A formação acadêmica e continuada deve considerar abordagens multidisciplinares, metodologias inclusivas e intervenções fundamentadas em evidências (Gil, 2008, 2018; Lakatos; Marconi, 2010, 2017), visando o desenvolvimento integral dos alunos.A Psicopedagogia e a Neuropsicopedagogia desempenham papel estratégico no suporte às aprendizagens e no acompanhamento do desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos estudantes (Belo; Guedes, 2022). Intervenções neuropsicopedagógicas têm demonstrado resultados significativos, promovendo autonomia, participação ativa e inclusão no contexto escolar (Arruda et al., 2020; Castro; Silva, 2019). Estudos indicam que o empoderamento do aluno ocorre quando há articulação entre teoria e prática, com o acompanhamento ético e reflexivo do profissional (Ferreira; Silva, 2021; Oliveira; Santos, 2020). As alterações legais recentes exigem que instituições e docentes adaptem suas práticas, promovendo ajustes curriculares, estratégias pedagógicas diferenciadas e monitoramento constante do aprendizado (Rodrigues; Lima, 2017; Salaberry, 2008). O desenvolvimento de competências docentes especializadas é essencial para atender às demandas de inclusão, reforçando a importância de experiências formativas contínuas (Castilho; Palheta; Sarpedonti, 2019; Vieira-Silva, 2019). Metodologias de pesquisa diversificadas, que combinam abordagens qualitativas, quantitativas e mistas, são fundamentais para compreender as necessidades educacionais e avaliar os impactos das práticas pedagógicas inclusivas (Creswell, 2021; Richardson, 1999; Quivy; Campenhoudt, 2008). Tais abordagens possibilitam a reflexão crítica sobre os desafios da educação inclusiva, permitindo que a formação profissional seja alinhada aos princípios de equidade e direitos educacionais universais (Vigotski, 2020; Vigotski, 2021). Conclui-se que a preparação de profissionais de Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia deve ser contínua, integrada e sensível às mudanças legais e sociais (Pinheiro; Pinheiro; Pinheiro, 2019; Volobuff, 2020). O sucesso da inclusão educacional depende não apenas da aplicação de técnicas e métodos, mas também do compromisso ético, do trabalho colaborativo e da articulação entre teoria e prática, construindo ambientes escolares mais justos, inclusivos e capazes de promover aprendizagens significativas.

Palavras-chave: Educação inclusiva; psicopedagogia; neuropsicopedagogia; formação docente; direitos educacionais.

THE FUTURE OF TRAINING IN PEDAGOGY, PSYCHOPEDAGOGY, AND NEUROPSYCHOPEDAGOGY: CHALLENGES OF INCLUSION AND IMPACTS OF LEGAL CHANGES ON EDUCATIONAL RIGHTS.

Idênis Glória Belchior
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Eliana Drumond de Carvalho

This study addresses the future of training in Pedagogy, Psychopedagogy, and Neuropsychopedagogy, highlighting the challenges related to educational inclusion and the impacts of legal changes on educational rights. The contemporary educational context demonstrates the need for qualified professionals capable of addressing the diversity of students, including those with special needs and learning disorders (Freitas, 2008; Dias; Endlich, 2017). Academic and continuing education should consider multidisciplinary approaches, inclusive methodologies, and evidence-based interventions (Gil, 2008, 2018; Lakatos; Marconi, 2010, 2017), aiming at the holistic development of students. Psychopedagogy and Neuropsychopedagogy play a strategic role in supporting learning and monitoring students' cognitive and socio-emotional development (Belo; Guedes, 2022). Neuropsychopedagogical interventions have shown significant results, promoting autonomy, active participation, and inclusion within the school context (Arruda et al., 2020; Castro; Silva, 2019). Studies indicate that student empowerment occurs when theory and practice are integrated, alongside ethical and reflective professional guidance (Ferreira; Silva, 2021; Oliveira; Santos, 2020). Recent legal changes require institutions and teachers to adapt their practices, implementing curriculum adjustments, differentiated pedagogical strategies, and continuous monitoring of learning outcomes (Rodrigues; Lima, 2017; Salaberry, 2008). The development of specialized teaching skills is essential to meet the demands of inclusion, reinforcing the importance of continuous professional development experiences (Castilho; Palheta; Sarpedonti, 2019; Vieira-Silva, 2019). Diverse research methodologies, combining qualitative, quantitative, and mixed approaches, are fundamental for understanding educational needs and assessing the impacts of inclusive pedagogical practices (Creswell, 2021; Richardson, 1999; Quivy; Campenhoudt, 2008). These approaches enable critical reflection on the challenges of inclusive education, ensuring that professional training aligns with principles of equity and universal educational rights (Vigotski, 2020; Vigotski, 2021). In conclusion, the preparation of professionals in Pedagogy, Psychopedagogy, and Neuropsychopedagogy must be continuous, integrated, and sensitive to legal and social changes (Pinheiro; Pinheiro; Pinheiro, 2019; Volobuff, 2020). The success of educational inclusion depends not only on the application of techniques and methods but also on ethical commitment, collaborative work, and the articulation between theory and practice, fostering fairer, more inclusive school environments capable of promoting meaningful learning experiences.

Keywords: Inclusive education; Psychopedagogy; Neuropsychopedagogy; Teacher training; Educational rights.

EL FUTURO DE LA FORMACIÓN EN PEDAGOGÍA, PSICOPEDAGOGÍA Y NEUROPSICOPEDAGOGÍA: DESAFÍOS DE LA INCLUSIÓN E IMPACTOS DE LOS CAMBIOS LEGALES EN LOS DERECHOS EDUCATIVOS.

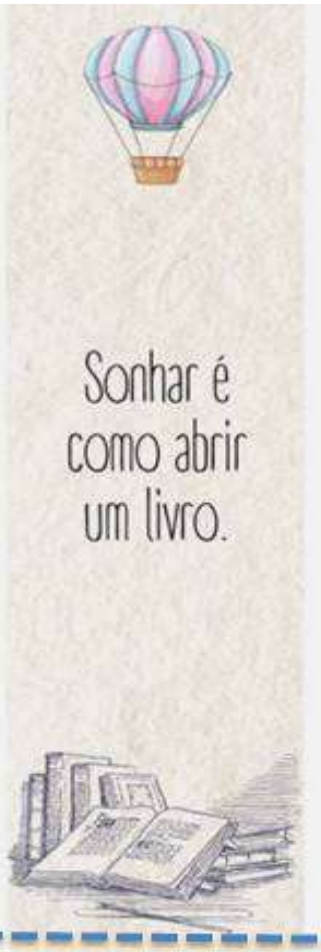
Idênis Glória Belchior
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Eliana Drumond de Carvalho

Este estudio aborda el futuro de la formación en Pedagogía, Psicopedagogía y Neuropsicopedagogía, destacando los desafíos relacionados con la inclusión educativa y los impactos de los cambios legales sobre los derechos educativos. El contexto educativo contemporáneo evidencia la necesidad de profesionales capacitados para atender la diversidad de estudiantes, incluidos aquellos con necesidades especiales y trastornos de aprendizaje (Freitas, 2008; Dias; Endlich, 2017). La formación académica y continua debe considerar enfoques multidisciplinarios, metodologías inclusivas e intervenciones basadas en evidencia (Gil, 2008, 2018; Lakatos; Marconi, 2010, 2017), con el objetivo de promover el desarrollo integral de los alumnos. La Psicopedagogía y la Neuropsicopedagogía desempeñan un papel estratégico en el apoyo al aprendizaje y en el seguimiento del desarrollo cognitivo y socioemocional de los estudiantes (Belo; Guedes, 2022). Las intervenciones neuropsicopedagógicas han mostrado resultados significativos, fomentando la autonomía, la participación activa y la inclusión en el contexto escolar (Arruda et al., 2020; Castro; Silva, 2019). Los estudios indican que el empoderamiento del estudiante se logra cuando se articulan la teoría y la práctica, con la orientación ética y reflexiva del profesional (Ferreira; Silva, 2021; Oliveira; Santos, 2020). Los cambios legales recientes exigen que las instituciones y los docentes adapten sus prácticas, implementando ajustes curriculares, estrategias pedagógicas diferenciadas y un seguimiento constante del aprendizaje (Rodrigues; Lima, 2017; Salaberry, 2008). El desarrollo de competencias docentes especializadas es esencial para satisfacer las demandas de inclusión, reforzando la importancia de experiencias formativas continuas (Castilho; Palheta; Sarpedonti, 2019; Vieira-Silva, 2019). Las metodologías de investigación diversas, que combinan enfoques cualitativos, cuantitativos y mixtos, son fundamentales para comprender las necesidades educativas y evaluar los impactos de las prácticas pedagógicas inclusivas (Creswell, 2021; Richardson, 1999; Quivy; Campenhoudt, 2008). Estos enfoques permiten una reflexión crítica sobre los desafíos de la educación inclusiva, asegurando que la formación profesional esté alineada con los principios de equidad y derechos educativos universales (Vigotski, 2020; Vigotski, 2021). En conclusión, la preparación de profesionales en Pedagogía, Psicopedagogía y Neuropsicopedagogía debe ser continua, integrada y sensible a los cambios legales y sociales (Pinheiro; Pinheiro; Pinheiro, 2019; Volobuff, 2020). El éxito de la inclusión educativa depende no solo de la aplicación de técnicas y métodos, sino también del compromiso ético, el trabajo colaborativo y la articulación entre teoría y práctica, promoviendo entornos escolares más justos, inclusivos y capaces de favorecer aprendizajes significativos.

Palabras clave: Educación inclusiva; Psicopedagogía; Neuropsicopedagogía; Formación docente; Derechos educativos.

<u>ANOTAÇÕES:</u> O FUTURO DA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA, PSICOPEDAGOGIA E NEUROPSICOPEDAGOGIA: DESAFIOS DA INCLUSÃO E IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES LEGAIS NOS DIREITOS EDUCACIONAIS.

MARCADOR DE PÁGINAS



O FUTURO DA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA, PSICOPEDAGOGIA E NEUROPSICOPEDAGOGIA: DESAFIOS DA INCLUSÃO E IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES LEGAIS NOS DIREITOS EDUCACIONAIS.

Idênis Glória Belchior
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Sandro Garabed Ischkanian
Silvana Nascimento de Carvalho
Gabriel Nascimento de Carvalho
Eliana Drumond de Carvalho

1. INTRODUÇÃO

O cenário educacional brasileiro encontra-se em transformação, exigindo reflexão sobre a formação de profissionais em Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia. Pesquisas recentes indicam que as práticas pedagógicas devem articular teoria, tecnologia e experiência prática, assegurando uma preparação mais sólida e crítica (Coelho, 2013). A mudança legislativa do Ministério da Educação, que restringiu cursos de licenciatura 100% EAD, evidencia a prioridade por um ensino presencial robusto, capaz de garantir experiências concretas em contextos reais.

A Pedagogia se destaca como campo central na estrutura educacional, exigindo profissionais aptos a lidar com diversidade e desafios emergentes. Estudos apontam que a formação presencial, com mínimo de 880 horas, fortalece competências práticas e reflexivas (Castilho; Palheta; Sarpedonti, 2019). O desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia e resiliência, integra-se ao currículo para preparar pedagogos capazes de atuar em ambientes complexos e diversificados, respondendo às demandas de estudantes e comunidades.

A escassez de docentes na educação básica projeta um cenário de déficit significativo até 2040, tornando a formação de pedagogos uma prioridade estratégica (Castilho; Palheta; Sarpedonti, 2019). Profissionais qualificados não apenas preenchem lacunas, mas também elevam a qualidade do ensino, promovendo práticas pedagógicas inovadoras e fundamentadas em evidências. Essa perspectiva reforça a importância de políticas educacionais que incentivem a valorização da profissão e a expansão de programas formativos consistentes.

Na Psicopedagogia, a incorporação de tecnologias emergentes, incluindo inteligência artificial, amplia a capacidade de avaliação e diagnóstico do aprendizado (Belo; Guedes, 2022). A utilização de recursos digitais permite analisar padrões cognitivos e comportamentais de forma mais precisa, oferecendo suporte individualizado a estudantes com dificuldades específicas. A tecnologia atua como ferramenta complementar, não substitutiva, do raciocínio clínico e das estratégias pedagógicas tradicionais.

A inclusão educacional se torna central na formação psicopedagógica, com atenção às diferenças individuais e diversidade funcional (Arruda et al., 2020). Profissionais preparados para intervir de forma ética e responsiva contribuem para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e adultos, promovendo práticas que respeitam direitos e singularidades. Essa abordagem amplia a eficácia das estratégias de ensino e reduz barreiras ao aprendizado, fortalecendo a equidade educacional.

O reconhecimento legal da Psicopedagogia é outra dimensão crítica, pois oferece clareza sobre responsabilidades, sigilo e práticas profissionais (Belo; Guedes, 2022). A regulamentação tende a consolidar o campo, estabelecendo padrões éticos e orientações normativas que qualificam a atuação clínica e escolar. Consequentemente, os profissionais adquirem maior segurança jurídica e legitimidade social, favorecendo práticas consistentes e fundamentadas.

A Neuropsicopedagogia emerge como disciplina interdisciplinar que integra neurociência, psicologia e pedagogia, buscando compreender os processos cognitivos e emocionais que permeiam a aprendizagem (Arruda et al., 2020). O campo se expande rapidamente, respondendo à demanda por profissionais capazes de diagnosticar e intervir em dificuldades como dislexia, TDAH e outras alterações neurocognitivas. A atuação combina ciência e prática clínica, promovendo intervenções individualizadas e fundamentadas em evidências.

Profissionais de Neuropsicopedagogia atuam em múltiplos contextos, desde clínicas e escolas até hospitais e empresas, evidenciando a amplitude de sua aplicação (Castro; Silva, 2019). A abordagem multidisciplinar permite a integração de diferentes saberes, potencializando resultados no aprendizado e na inclusão. Essa atuação reflete uma compreensão aprofundada do funcionamento cerebral, conectando avaliação, intervenção e acompanhamento contínuo.

A demanda por neuropsicopedagogos transcende os grandes centros urbanos, indicando necessidade de atuação em contextos rurais e regionais (Belo; Guedes, 2022). A universalização da aprendizagem exige profissionais capazes de adaptar métodos a diversas realidades culturais, sociais e econômicas. O alcance do atendimento a todas as faixas etárias, de bebês a idosos, consolida a relevância do campo no panorama educacional nacional.

Formação contínua baseada em evidências científicas torna-se imperativa nas três áreas, garantindo atualização constante frente às inovações educacionais e tecnológicas (Creswell, 2021). A integração de dados empíricos e práticas comprovadas fortalece a credibilidade do trabalho profissional, permitindo intervenções seguras, precisas e éticas. O desenvolvimento acadêmico contínuo constitui estratégia essencial para qualidade e eficácia do ensino.

Currículos adaptados refletem a necessidade de alinhar conteúdos, metodologias e tecnologias às demandas contemporâneas (Coelho, 2013). A inovação pedagógica exige que profissionais compreendam tendências digitais, diversidade sociocultural e complexidades cognitivas. Ajustes curriculares promovem flexibilidade e capacidade de resposta às mudanças rápidas nos contextos educacionais e sociais.

A perspectiva empreendedora surge como componente estratégico na formação de Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia (Castro; Silva, 2019). Muitos profissionais buscam atuar em consultórios, clínicas ou serviços particulares, exigindo competências adicionais em gestão, marketing educacional e planejamento de carreira. O empreendedorismo educacional transforma oportunidades em projetos sustentáveis e socialmente relevantes.

Competências socioemocionais permanecem centrais, pois sustentam a eficácia profissional em contextos diversos e desafiadores (Castilho; Palheta; Sarpedonti, 2019). Habilidades como empatia, comunicação e resiliência orientam a prática docente e clínica, promovendo relações pedagógicas humanizadas. O fortalecimento dessas competências garante maior capacidade de intervenção e engajamento com estudantes e famílias.

A convergência das três áreas reforça a necessidade de abordagem holística e integrada do processo de aprendizagem (Arruda et al., 2020). Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia compartilham objetivos de inclusão, desenvolvimento cognitivo e socioemocional, estabelecendo diálogos interdisciplinares que potencializam a eficácia das intervenções.

A inovação tecnológica se consolida como eixo estratégico, oferecendo suporte às avaliações, diagnósticos e intervenções (Belo; Guedes, 2022). Ferramentas digitais e plataformas educacionais ampliam o alcance das práticas pedagógicas, tornando-as mais precisas e adaptáveis. O futuro profissional depende da capacidade de integrar conhecimento científico, competências clínicas e recursos tecnológicos de forma ética e eficiente.

A consolidação da formação em Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia no Brasil não se limita à aquisição de conteúdos teóricos, mas demanda a integração contínua de práticas contextualizadas e evidências científicas que orientem a intervenção educativa (Arruda et al., 2020; Belo; Guedes, 2022). Essa articulação permite que os profissionais desenvolvam habilidades de análise crítica e tomada de decisão fundamentada, essenciais para identificar necessidades individuais e coletivas em ambientes educativos complexos.

A prática supervisionada, aliada a projetos de pesquisa aplicados, oferece oportunidades de experimentar metodologias inovadoras, avaliar resultados e adaptar estratégias pedagógicas e psicopedagógicas conforme as características de cada estudante.

A consolidação dessas áreas exige a promoção de competências interdisciplinares que integrem saberes da neurociência, psicologia e pedagogia, ampliando a capacidade de compreender processos cognitivos, emocionais e sociais que influenciam a aprendizagem (Castro; Silva, 2019; Castilho; Palheta; Sarpedonti, 2019). Profissionais preparados nesse modelo podem atuar não apenas na identificação de dificuldades de aprendizagem, mas também na construção de ambientes inclusivos que favoreçam a participação ativa, a motivação e o engajamento de todos os alunos. Essa perspectiva amplia o alcance das intervenções, transformando a prática educativa em um processo dinâmico, reflexivo e orientado para resultados concretos na formação integral dos estudantes.

2. DESENVOLVIMENTO

O futuro da formação em Pedagogia no Brasil será marcado por um reforço da experiência presencial, incentivado por regulamentações recentes do Ministério da Educação que estabelecem exigências mínimas de horas práticas (Coelho, 2013). Essa mudança busca fortalecer competências profissionais, permitindo que futuros pedagogos desenvolvam habilidades aplicáveis em contextos reais de ensino. A exposição prolongada a situações práticas garante que o conhecimento teórico seja testado, analisado e adaptado às complexidades do ambiente escolar contemporâneo.

O desenvolvimento de competências socioemocionais emerge como prioridade na formação pedagógica, considerando que habilidades como empatia, resiliência e inteligência emocional são cruciais para a mediação educativa (Castilho; Palheta; Sarpedonti, 2019). A formação orientada para o autoconhecimento e a percepção das necessidades do outro prepara o profissional para lidar com desafios variados e promover a inclusão. Essa dimensão social e afetiva amplia a capacidade do pedagogo de criar ambientes de aprendizagem mais equitativos e participativos.

A escassez projetada de docentes na educação básica reforça a relevância estratégica da formação em Pedagogia (Castilho; Palheta; Sarpedonti, 2019). Com a previsão de déficit de professores até 2040, surge a necessidade de atrair, formar e reter profissionais qualificados, capazes de atender à diversidade de estudantes e às demandas de escolas em contextos urbanos e rurais. A valorização do pedagogo requer investimentos em programas de formação contínua, desenvolvimento de carreira e acompanhamento pedagógico sistemático.

Na Psicopedagogia, a integração com tecnologias educacionais se torna um fator central, com o uso de inteligência artificial para análises diagnósticas e suporte ao raciocínio clínico (Belo; Guedes, 2022). Ferramentas digitais permitem avaliar padrões cognitivos complexos, fornecer relatórios detalhados e personalizar intervenções de aprendizagem. A

incorporação dessas tecnologias reforça a necessidade de que profissionais se mantenham atualizados quanto a recursos emergentes, aprimorando a eficácia de suas práticas.

O enfoque inclusivo na Psicopedagogia amplia a atuação do profissional para atender a estudantes com variadas necessidades e contextos (Arruda et al., 2020). A formação deve preparar especialistas para mediar processos educativos diversificados, promover estratégias adaptadas e reduzir barreiras à aprendizagem. Ao adotar práticas inclusivas, o psicopedagogo contribui para a equidade e a valorização da diversidade, impactando positivamente o desempenho e a autoestima dos alunos.

A regulamentação da Psicopedagogia se apresenta como um passo necessário para a consolidação da profissão, garantindo definição de responsabilidades, sigilo e ética profissional (Belo; Guedes, 2022). O reconhecimento legal fortalece o campo, proporcionando segurança jurídica e legitimidade social. Profissionais devidamente regulamentados podem atuar com maior confiança, integrando suas práticas a escolas, clínicas e instituições especializadas de forma consistente e ética.

A Neuropsicopedagogia representa uma área emergente de integração entre neurociência, psicologia e pedagogia, voltada para a compreensão profunda dos processos de aprendizagem (Castro; Silva, 2019). O estudo do funcionamento cerebral aliado a estratégias pedagógicas permite identificar causas subjacentes de dificuldades cognitivas e emocionais. Essa abordagem fundamentada em evidências favorece intervenções direcionadas, que consideram tanto fatores biológicos quanto contextuais.

A atuação multidisciplinar da Neuropsicopedagogia se estende a escolas, clínicas, hospitais e organizações corporativas (Castro; Silva, 2019). A versatilidade do profissional permite intervir em diferentes faixas etárias, desde crianças com transtornos de aprendizagem até adultos em processos de reabilitação cognitiva. A integração de saberes e práticas entre áreas distintas fortalece a compreensão dos processos de aprendizagem e promove intervenções mais eficazes e humanizadas.

O crescimento da demanda por Neuropsicopedagogia não se limita a grandes centros urbanos, indicando uma necessidade nacional de profissionais especializados (Arruda et al., 2020). A distribuição equitativa de atendimento e recursos contribui para reduzir desigualdades educacionais e oferece suporte a comunidades historicamente marginalizadas. Esse fenômeno exige políticas públicas e programas de formação capazes de atender a contextos regionais diversos, valorizando a territorialidade do conhecimento.

A formação contínua e baseada em evidências é uma tendência convergente entre Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia (Creswell, 2021). Profissionais devem atualizar constantemente suas práticas, incorporando resultados de pesquisas recentes e

metodologias inovadoras. A articulação entre teoria e prática, aliada à avaliação crítica de intervenções, garante intervenções mais precisas, contextualizadas e eficientes no ambiente educacional.

A adaptação curricular surge como resposta às demandas contemporâneas, incorporando tecnologias educacionais, diversidade cultural e desafios sociais (Coelho, 2013). Currículos flexíveis permitem que os cursos de formação alinhem conhecimentos teóricos e práticos às mudanças no mercado de trabalho e às necessidades dos estudantes. Essa abordagem favorece a formação de profissionais aptos a inovar, empreender e desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas.

O empreendedorismo educacional torna-se um elemento relevante na formação das três áreas, preparando profissionais para atuar em consultórios, clínicas e empresas de educação (Castro; Silva, 2019). O desenvolvimento de habilidades de gestão, marketing e liderança complementa a expertise técnica, permitindo que os profissionais ampliem seu impacto e gerem serviços sustentáveis. A capacidade de empreender agrega autonomia e fortalece a valorização da carreira.

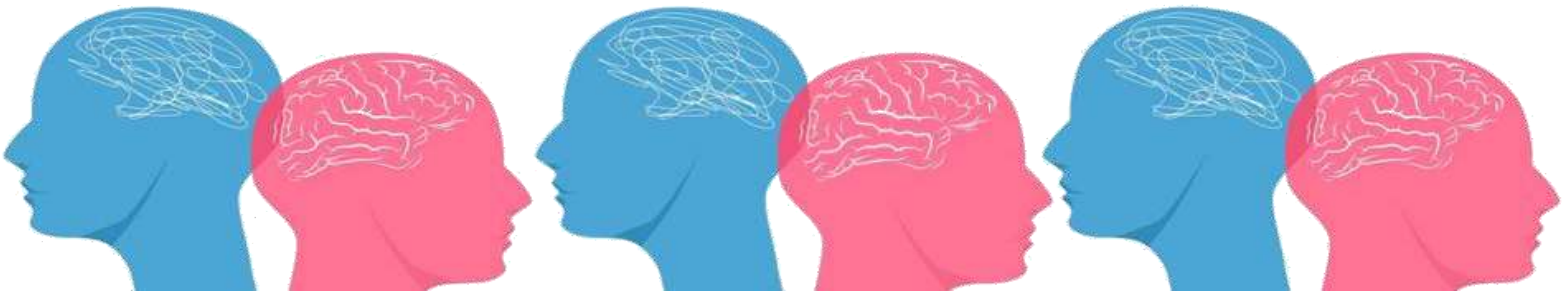
A convergência entre Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia favorece práticas interdisciplinares, com maior eficácia na mediação do aprendizado (Arruda et al., 2020). O diálogo entre áreas possibilita estratégias integradas que consideram aspectos cognitivos, emocionais e sociais. A interação de saberes promove inovação pedagógica, favorecendo processos de aprendizagem mais completos e inclusivos.

O uso de tecnologia educacional intensifica a precisão das avaliações, diagnósticos e intervenções (Belo; Guedes, 2022). Recursos digitais, inteligência artificial e plataformas interativas potencializam a análise de desempenho e a personalização das estratégias de ensino. A capacidade de integrar inovação tecnológica à prática pedagógica será um diferencial competitivo e ético na atuação profissional.

O desenvolvimento das três áreas demanda a construção de uma postura profissional profundamente ética, que não se limita ao cumprimento de normas, mas envolve a reflexão contínua sobre impactos de cada ação no processo de aprendizagem e no bem-estar do estudante (Belo; Guedes, 2022). Essa dimensão ética exige que pedagogos, psicopedagogos e neuropsicopedagogos se posicionem como mediadores conscientes, capazes de equilibrar demandas institucionais, expectativas familiares e necessidades individuais dos alunos. O exercício da ética profissional, aliado à consciência crítica, fortalece a legitimidade das intervenções, garantindo que decisões sejam tomadas com base em princípios de justiça, equidade e respeito à diversidade.

A formação crítica e reflexiva é igualmente central, pois permite que o profissional analise de forma sistemática os resultados de suas práticas e revise continuamente suas estratégias pedagógicas e clínicas (Arruda et al., 2020). Ao desenvolver habilidades de autoavaliação e pensamento analítico, o profissional não apenas identifica pontos de melhoria, mas também propõe soluções inovadoras e contextualizadas. Essa capacidade de reflexão sobre o próprio desempenho e sobre os processos educacionais amplia a eficiência das intervenções, promovendo um ensino mais adaptado às diferentes realidades e demandas sociocognitivas.

Adicionalmente, a consolidação de práticas fundamentadas em evidências científicas, combinadas com o respeito às diferenças culturais, cognitivas e socioemocionais, é determinante para a criação de ambientes educativos equitativos e inclusivos (Castro; Silva, 2019). Profissionais formados nesse modelo tornam-se agentes transformadores, capazes de articular conhecimento, experiência e sensibilidade social para promover aprendizagens significativas e duradouras. Essa atuação integrada fortalece não apenas o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, mas também seu crescimento pessoal, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, autônomos e socialmente engajados.



2.1. METODOLOGIA DA PESQUISA PARA DELINEAMENTO DO ARTIGO

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e documental, centrada na análise interpretativa dos discursos científicos sobre o futuro da formação em Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia, destacando os desafios da inclusão e os impactos das alterações legais nos direitos educacionais. A escolha por essa abordagem se justifica pela necessidade de compreender significados, sentidos e processos relacionados às práticas pedagógicas contemporâneas, priorizando a interpretação da complexidade dos fenômenos educacionais sobre a simples quantificação de dados (Creswell, 2021; Gil, 2018; Helder, 2006).

A pesquisa bibliográfica desempenha papel central na construção do referencial teórico, permitindo sistematizar e analisar a produção científica existente sobre o tema (Vergara, 2014; Dias; Endlich, 2017). Ao investigar obras previamente publicadas — incluindo artigos científicos, livros, dissertações e documentos eletrônicos — o estudo busca identificar tendências, lacunas e contribuições significativas que orientem a reflexão sobre práticas

pedagógicas, psicopedagógicas e neuropsicopedagógicas no contexto brasileiro contemporâneo. Essa estratégia oferece ao pesquisador uma base sólida para análise crítica e fundamentação das argumentações.

O tipo de pesquisa adotado, bibliográfico, permite reunir, organizar e interpretar conhecimentos consolidados, promovendo a construção de um panorama abrangente da área de estudo (Richardson, 1999; Severino, 2016). A sistematização da literatura possibilita compreender o estado da arte, identificar abordagens divergentes e consolidar conceitos-chave, orientando a análise interpretativa que caracteriza a investigação qualitativa. A bibliografia consultada serve, portanto, como suporte para a construção de categorias analíticas e para o desenvolvimento das discussões propostas.

A pesquisa também se caracteriza como documental, pois inclui materiais acessados em bases digitais e científicas, contemplando livros, revistas, periódicos, jornais e plataformas como CAPES, Scopus, Web of Science, SciELO, Academia Edu e Google Acadêmico (Lakatos; Marconi, 2010; Quivy; Campenhoudt, 2008). A seleção desses documentos considerou critérios de atualidade, relevância temática e rigor acadêmico, garantindo a consistência teórica e a pertinência dos dados analisados ao longo do estudo. Esse procedimento fortalece a confiabilidade da análise e permite examinar diferentes perspectivas sobre os processos formativos em Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia.

O levantamento dos dados iniciou-se com a identificação das palavras-chave mais recorrentes na literatura da área, como inclusão, práticas pedagógicas, aprendizagem significativa, metodologias ativas, neuropsicopedagogia e tecnologia educacional. Essa etapa possibilitou mapear um conjunto diversificado de artigos, promovendo uma visão ampla e crítica sobre a temática (Sousa; Oliveira; Alves, 2021). Em seguida, procedeu-se à leitura exploratória de títulos e resumos, filtrando os textos mais aderentes aos objetivos da pesquisa, respeitando critérios de relevância, qualidade e pluralidade de enfoques.

Após a triagem inicial, os artigos selecionados foram submetidos à leitura analítica, buscando identificar elementos comuns, tensões e contribuições singulares (Gil, 2008; Lakatos; Marconi, 2017). A análise qualitativa ocorreu por meio da categorização temática, considerando aspectos estruturais, pedagógicos e epistemológicos presentes nos textos. O cruzamento dos dados permitiu evidenciar recorrências e contrastes entre experiências descritas, possibilitando a construção de uma narrativa coerente e fundamentada que articula os principais achados da literatura.

Os procedimentos de análise envolveram a comparação sistemática entre produções localizadas, com base em categorias definidas a partir dos objetivos específicos da pesquisa (Richardson, 1999; Gil, 2008). Essa estratégia possibilitou identificar padrões de interpretação,

convergências conceituais e divergências metodológicas, promovendo a elaboração de conclusões consistentes e contextualizadas. O rigor analítico foi reforçado pelo uso de critérios de verificação de consistência e validade interpretativa, minimizando a ocorrência de contradições ou interpretações equivocadas (Sousa; Oliveira; Alves, 2021).

Tabela 1: Relação do tema da pesquisa com o pensamento de cada autor.

Autor(es)	Contribuição/Ideia principal em relação ao tema
Arruda et al., 2020	Destacam a eficácia de intervenções neuropsicopedagógicas em crianças com autismo, reforçando a importância da formação especializada para inclusão.
Belo; Guedes, 2022	Evidenciam como o neuropsicopedagogo pode apoiar processos de aprendizagem, integrando avaliação, acompanhamento e estratégias individualizadas.
Castilho; Palheta; Sarpedonti, 2019	Analisam o desenvolvimento de competências docentes para atender a educação inclusiva, enfatizando formação prática e continuada.
Castro; Silva, 2019	Defendem o empoderamento do aluno por meio da atuação do neupsicopedagogo, conectando teoria e prática em contextos escolares inclusivos.
Coelho, 2013	Apresenta modelos de inclusão em experiências portuguesas e brasileiras, fornecendo base teórica para práticas pedagógicas inovadoras.
Dias; Endlich, 2017	Ressaltam a importância da pesquisa documental e crítica como instrumento de reflexão ética sobre práticas educacionais.
Creswell, 2021	Fundamenta o uso de métodos qualitativos, quantitativos e mistos, evidenciando a necessidade de pesquisa rigorosa na área educacional.
Ferreira; Silva, 2021	Descrevem a atuação ética do neuropsicopedagogo, reforçando a importância de responsabilidade e reflexão profissional na prática.
Freitas, 2008	Analisa processos de inclusão socioeducativa, enfatizando desafios e estratégias de adaptação pedagógica.
Gil, 2008; 2018	Orientam sobre elaboração de projetos e métodos de pesquisa social, fornecendo bases metodológicas para estudos na área educacional.
Helder, 2006	Destaca a relevância da análise documental como ferramenta de compreensão de fenômenos educacionais.
Lakatos; Marconi, 2010; 2017	Fornecem fundamentos metodológicos e técnicas de pesquisa, essenciais para construção de conhecimento científico em educação.
Leite, 2021	Reforça a contribuição de Vygotsky no desenvolvimento e aprendizagem de alunos com necessidades especiais.
Melo; Maia Filho; Chaves, 2014	Discutem conceitos de intervenção grupal, relevantes para práticas pedagógicas inclusivas.
Molon, 2011	Analisa subjetividade e constituição do sujeito, essencial para compreensão do processo de aprendizagem.
Oliveira; Gomes, 2020	Estudam escolarização de alunos com deficiência à luz de Vygotsky, fundamentando práticas inclusivas.
Oliveira; Santos, 2020	Evidenciam contribuições da neuropsicopedagogia para o envelhecimento saudável e aprendizagem ao longo da vida.
Pinheiro; Pinheiro; Pinheiro, 2019	Tratam da integração entre psicopedagogia e educação inclusiva, destacando elos entre teoria, prática e gestão educativa.

Quivy; Campenhoudt, 2008	Fornecem diretrizes de investigação científica, permitindo análise crítica da produção acadêmica.
Richardson, 1999	Oferece técnicas de pesquisa social, aplicáveis à análise de políticas e práticas educacionais.
Rodrigues; Lima, 2017	Apontam a evolução histórica da educação especial e desafios atuais da inclusão.
Salaberry, 2008	Estudo de práticas na APAE evidencia a necessidade de formação docente qualificada para inclusão efetiva.
Sales, 2017	Discute a influência familiar no desenvolvimento de pessoas com deficiência, reforçando abordagens integradas.
Santos; Silva, 2021	Destacam a aplicação da neuropsicopedagogia em casos de dislexia, evidenciando impactos positivos na aprendizagem.
Severino, 2016	Orienta sobre metodologia científica aplicada à educação, fortalecendo rigor acadêmico.
Seeeger; Zucolotto, 2018	Destacam abordagem histórico-cultural de Vygotsky na inclusão educacional.
Silva; Cardoso, 2020	Tratam da identificação precoce de deficiências intelectuais sob perspectiva neuropsicopedagógica.
Tavares et al., 2019	Discutem práticas institucionais de inclusão escolar e intervenções neuropsicopedagógicas.
Vergara, 2014	Fundamenta projetos e relatórios de pesquisa em administração e educação, reforçando planejamento e análise crítica.
Vieira-Silva, 2019	Analisa potenciais do processo grupal em contextos educativos e psicopedagógicos.
Vigotski, 2020; 2021	Fundamenta teoricamente o pensamento e a linguagem, bem como a defectologia, essenciais para práticas neuropsicopedagógicas.
Volobuff, 2020	Destaca potencialização da aprendizagem em TDAH via neuropsicopedagogia aplicada em sala de aula.

Fonte: Idênis Glória Belchior, Simone Helen Drumond Ischkanian e Gladys Nogueira Cabral, (2025).

A pesquisa bibliográfica e documental permitiu compreender a complexidade dos processos de formação em Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia, considerando tanto as dimensões teóricas quanto as práticas e legais envolvidas. A análise crítica das produções científicas possibilitou identificar lacunas no conhecimento, desafios emergentes e oportunidades de inovação na formação de profissionais capacitados para atuar de forma inclusiva e ética (Coelho, 2013; Castro; Silva, 2019).

A utilização de obras recentes garantiu que as reflexões propostas estivessem alinhadas às mudanças legislativas e às demandas contemporâneas da educação inclusiva. A abordagem documental permitiu examinar documentos oficiais, relatórios institucionais e diretrizes educacionais, fornecendo subsídios para compreender impactos legais e normativos sobre a formação e atuação profissional (Lakatos; Marconi, 2010).

O processo de categorização temática envolveu a identificação de eixos centrais, como competências socioemocionais, integração tecnológica, estratégias inclusivas, regulamentação profissional e interdisciplinaridade (Arruda et al., 2020; Belo; Guedes, 2022). Esses eixos

permitiram organizar o conhecimento coletado de forma sistemática, favorecendo a construção de um quadro analítico coerente e articulado com os objetivos do estudo.

A análise qualitativa buscou evidenciar relações entre teoria e prática, contemplando a maneira como a literatura aborda a interação entre desenvolvimento cognitivo, aprendizagem significativa e contextos escolares inclusivos (Castilho; Palheta; Sarpedonti, 2019). Essa perspectiva permitiu discutir práticas pedagógicas e psicopedagógicas sob uma ótica integradora, considerando contribuições de diferentes autores e abordagens científicas.

O estudo também incluiu uma reflexão crítica sobre lacunas na literatura, identificando a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem a integração entre Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia (Arruda et al., 2020; Castro; Silva, 2019). A análise permitiu perceber que, apesar do crescimento da produção científica, existem desafios significativos na consolidação de práticas profissionais fundamentadas em evidências e alinhadas à legislação vigente.

Tabela 2 – Consequência do esvaziamento do curso de Pedagogia.

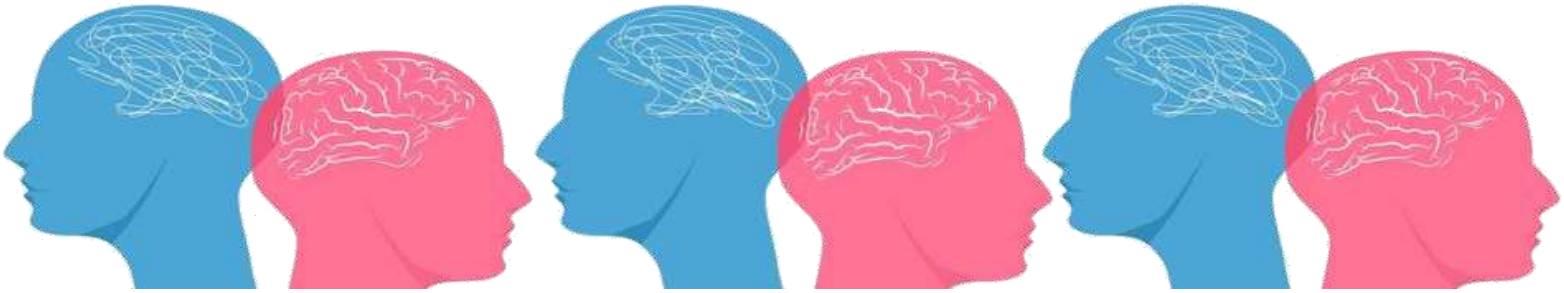
Situação	Impacto para Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia	Pensamento/ênfase dos autores
Esvaziamento do curso de Pedagogia no Brasil	Ausência de formação robusta de pedagogos comprometeria a base necessária para o exercício ético e qualificado da Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia.	Coelho (2013) ressalta que modelos de inclusão dependem de pedagogos preparados; Castro; Silva (2019) enfatizam a necessidade de profissionais capazes de articular teoria e prática; Castilho; Palheta; Sarpedonti (2019) destacam que competências docentes especializadas são fundamentais para inclusão.
Falta de profissionais qualificados	Diminuição da capacidade de implementar intervenções neuropsicopedagógicas efetivas, resultando em lacunas no acompanhamento de alunos com necessidades especiais e transtornos de aprendizagem.	Arruda et al. (2020) demonstram que intervenções neuropsicopedagógicas exigem formação especializada; Belo; Guedes (2022) reforçam que o neuropsicopedagogo precisa de conhecimento técnico e ético para apoiar processos de aprendizagem.
Impacto na inclusão educacional	A deficiência na formação inicial resultaria em práticas fragmentadas e pouco fundamentadas, comprometendo a promoção de aprendizagem significativa, equidade e respeito às diferenças.	Freitas (2008) evidencia que inclusão socioeducativa depende de estratégias pedagógicas sólidas; Leite (2021) ressalta que conhecimento de teorias como a de Vygotsky é essencial para práticas inclusivas; Oliveira; Gomes (2020) destacam que escolarização adequada requer profissionais capacitados para lidar com diversidade.

Consequência social e educacional	O esvaziamento do curso ameaça a sustentabilidade de políticas de inclusão e a efetividade de programas educacionais adaptativos, prejudicando direitos educacionais universais.	Rodrigues; Lima (2017) argumentam que a história da educação especial evidencia a importância da formação de profissionais; Santos; Silva (2021) mostram que intervenções neuropsicopedagógicas impactam aprendizagem e inclusão; Vigotski (2020; 2021) fundamenta teoricamente a necessidade de conhecimento especializado para atuar com diferentes perfis de aprendizagem.
Fragilidade na atuação ética e reflexiva	Profissionais sem formação adequada tendem a atuar sem critérios éticos claros e com menor capacidade de reflexão crítica, prejudicando o desenvolvimento integral do aluno.	Ferreira; Silva (2021) destacam a relevância da atuação ética e reflexiva do neuropsicopedagogo; Pinheiro; Pinheiro; Pinheiro (2019) reforçam a necessidade de integração entre prática, teoria e ética na educação inclusiva.
Redução da interdisciplinaridade	Falta de pedagogos formados limita a colaboração entre Psicopedagogia, Neuropsicopedagogia e outras áreas do conhecimento, comprometendo abordagens integradas.	Melo; Maia Filho; Chaves (2014) enfatizam a importância da intervenção grupal e multidisciplinar; Molon (2011) sugere que compreensão da subjetividade do aluno requer formação abrangente e crítica.
Dificuldade na implementação de políticas de inclusão	Sem profissionais capacitados, as políticas de inclusão correm o risco de serem superficiais e ineficazes, comprometendo direitos de estudantes com necessidades especiais.	Salaberry (2008) observa que práticas institucionais demandam docentes preparados; Seeeger; Zucolotto (2018) indicam que abordagens histórico-culturais de Vygotsky são essenciais para eficácia das políticas inclusivas.

Fonte: Idênis Glória Belchior, Simone Helen Drumond Ischkanian e Gladys Nogueira Cabral, (2025).

A triangulação entre diferentes fontes bibliográficas e documentais reforçou a validade das conclusões, possibilitando confrontar perspectivas diversas e minimizar vieses interpretativos (Sousa; Oliveira; Alves, 2021). O cruzamento das informações contribuiu para elaborar recomendações fundamentadas e subsidiar reflexões sobre políticas de formação, inclusão e regulamentação profissional.

A metodologia adotada demonstrou-se adequada para compreender a complexidade do objeto de estudo, articulando análise crítica, rigor acadêmico e integração de diferentes tipos de fontes (Creswell, 2021; Vergara, 2014). A abordagem qualitativa, combinada com técnicas bibliográficas e documentais, possibilitou elaborar uma visão abrangente, reflexiva e fundamentada sobre os desafios da formação em Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia no Brasil contemporâneo.



2.2. PSICOPEDAGOGIA E NEUROPSICOPEDAGOGIA IMPACTANDO NA INCLUSÃO

A Psicopedagogia tem se consolidado como um campo fundamental na compreensão das dificuldades de aprendizagem, fornecendo instrumentos teóricos e práticos para diagnosticar, acompanhar e intervir nos processos de desenvolvimento cognitivo e emocional dos estudantes (Ferreira; Silva, 2021). Sua atuação transcende a mera aplicação de técnicas, exigindo análise crítica e compreensão profunda das singularidades de cada aluno, favorecendo abordagens individualizadas que promovem a inclusão e a equidade no ambiente escolar.

A Neuropsicopedagogia, por sua vez, contribui para ampliar o conhecimento sobre o funcionamento cerebral em contextos de aprendizagem, permitindo aos profissionais identificar precocemente desvios no desenvolvimento cognitivo e propor estratégias pedagógicas eficazes (Freitas, 2008). Essa especialização integra conceitos da neurociência à prática educacional, oferecendo subsídios para intervenções que respeitam o ritmo e as necessidades específicas de cada estudante.

O estudo das relações entre cognição e aprendizagem revela a complexidade do processo educativo, mostrando que fatores emocionais, motivacionais e sociais interferem diretamente no desempenho acadêmico (Leite, 2021). A Psicopedagogia e a Neuropsicopedagogia tornam-se, portanto, aliadas estratégicas para garantir que alunos com dificuldades ou deficiências tenham acesso real e efetivo às oportunidades educacionais.

A implementação de práticas inclusivas na escola depende da capacidade dos profissionais em adaptar metodologias e conteúdos, respeitando os diferentes estilos de aprendizagem (Melo; Maia Filho; Chaves, 2014). A atuação psicopedagógica orientada por evidências permite criar rotinas e estratégias que favorecem o engajamento, a autonomia e a construção do conhecimento, promovendo a permanência do aluno no espaço escolar.

O desenvolvimento socioemocional dos estudantes é um componente central do trabalho neuropsicopedagógico, pois emoções mal reguladas podem comprometer o aprendizado e a socialização (Molon, 2011). Profissionais capacitados podem intervir de maneira ética e eficaz, integrando técnicas cognitivas e estratégias de apoio emocional, fortalecendo a autoestima e a motivação para aprender.

A análise das políticas educacionais e sua implementação prática evidencia que a inclusão não se restringe a garantir a matrícula de alunos com deficiência, mas também a

assegurar participação efetiva e equidade nas oportunidades de aprendizagem (Oliveira; Gomes, 2020). A Psicopedagogia e a Neuropsicopedagogia oferecem subsídios para que essas políticas se traduzam em práticas concretas dentro da sala de aula.

Intervenções multidisciplinares representam uma tendência emergente, unindo pedagogia, psicologia e neurociência para promover experiências de aprendizagem mais abrangentes e significativas (Ferreira; Silva, 2021). A colaboração entre diferentes profissionais fortalece a abordagem inclusiva, permitindo que cada aluno receba apoio personalizado e alinhado às suas necessidades cognitivas e socioemocionais.

O acompanhamento contínuo do progresso dos estudantes é um aspecto essencial da atuação neuropsicopedagógica (Freitas, 2008). Avaliações periódicas e observações sistemáticas fornecem informações valiosas para ajustar estratégias pedagógicas, garantindo que as intervenções sejam eficazes e respeitem o ritmo de cada aluno.

A compreensão da aprendizagem como fenômeno social e cultural, inspirada na teoria de Vygotsky, reforça a importância de práticas educativas contextualizadas (Leite, 2021). A Psicopedagogia e a Neuropsicopedagogia incorporam essa perspectiva ao planejar atividades que consideram o ambiente, a interação social e a linguagem como elementos centrais do desenvolvimento cognitivo.

A inclusão escolar exige que o docente possua competências para lidar com diversidade, promovendo experiências significativas que favoreçam a autonomia e a construção de saberes (Melo; Maia Filho; Chaves, 2014). A formação continuada em Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia se apresenta como ferramenta estratégica para manter os profissionais atualizados e preparados para os desafios contemporâneos da educação.

A integração de tecnologia educacional com práticas neuropsicopedagógicas possibilita o desenvolvimento de métodos inovadores de ensino e avaliação (Molon, 2011). Softwares educativos, plataformas adaptativas e recursos digitais oferecem suporte adicional para a aprendizagem de alunos com diferentes perfis cognitivos, fortalecendo o processo inclusivo.

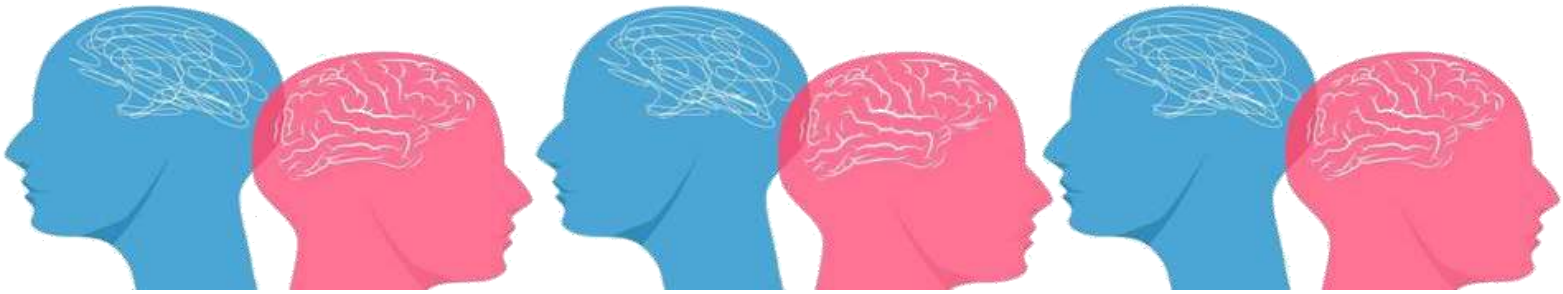
A reflexão crítica sobre a prática docente emerge como elemento fundamental, pois permite analisar resultados, identificar lacunas e desenvolver estratégias mais eficazes (Oliveira; Gomes, 2020). Profissionais que combinam conhecimento teórico com análise contextualizada garantem intervenções que respeitam a singularidade de cada aluno e promovem o sucesso educacional.

Estudos de caso em ambientes escolares demonstram que intervenções neuropsicopedagógicas aumentam significativamente a participação, a motivação e o desempenho dos alunos com dificuldades de aprendizagem (Ferreira; Silva, 2021). O registro

sistemático de estratégias bem-sucedidas contribui para a disseminação de boas práticas e para a construção de políticas educacionais baseadas em evidências.

A formação docente em Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia deve enfatizar a articulação entre teoria, prática e pesquisa, promovendo o desenvolvimento de competências cognitivas, emocionais e sociais (Freitas, 2008). Profissionais capacitados nesse modelo são capazes de criar ambientes educativos inclusivos, que favorecem aprendizagens significativas e sustentáveis.

A tendência futura aponta para a incorporação cada vez maior de Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia na rotina escolar, com atuação articulada entre professores, especialistas e gestores (Leite, 2021). A construção de uma educação inclusiva e de qualidade depende de profissionais preparados, conscientes da complexidade do processo de aprendizagem e comprometidos com o desenvolvimento integral de todos os alunos.



2.3. DESVALORIZAÇÃO DOCENTE E DESAFIOS NA FORMAÇÃO

A profissão docente no Brasil enfrenta um cenário complexo de desvalorização social e econômica, que afeta diretamente a qualidade da educação. Pesquisas indicam que baixos salários, jornadas extensas e falta de reconhecimento profissional resultam em desmotivação e impactos negativos na formação de novos educadores (Oliveira; Santos, 2020). Esses fatores estruturais comprometem não apenas o desempenho docente, mas também a construção de práticas pedagógicas eficazes e inclusivas.

A baixa valorização da carreira docente está associada à precarização das condições de trabalho, que muitas vezes impõe excesso de tarefas burocráticas e limita o tempo dedicado ao planejamento pedagógico (Pinheiro; Pinheiro; Pinheiro, 2019). Tal cenário reduz a capacidade do professor de investir em estratégias inovadoras e personalizadas para atender à diversidade de estudantes, especialmente aqueles com necessidades educativas especiais.

A formação inicial de professores sofre influência direta desse contexto, já que a escassez de incentivos financeiros e acadêmicos desencoraja a escolha pela profissão (Rodrigues; Lima, 2017). Universidades e programas de formação enfrentam dificuldades em atrair estudantes talentosos, que muitas vezes optam por carreiras mais valorizadas socialmente, reduzindo o pool de futuros profissionais qualificados.

Programas de atualização e formação continuada tornam-se essenciais para suprir lacunas na formação inicial e reforçar competências pedagógicas e socioemocionais (Salaberry, 2008). No entanto, a ausência de políticas estruturadas de valorização limita a participação docente em cursos, workshops e especializações, prejudicando a evolução profissional e a qualidade do ensino oferecido.

A desvalorização docente também impacta a Psicopedagogia e a Neuropsicopedagogia, áreas que exigem conhecimento interdisciplinar e atualização constante (Sales, 2017). Profissionais sem suporte institucional ou incentivo financeiro tendem a atuar de forma fragmentada, o que compromete o atendimento a alunos com dificuldades de aprendizagem e limita a aplicação de intervenções baseadas em evidências.

O reconhecimento social do papel do professor é fundamental para fortalecer a educação inclusiva, permitindo que docentes desenvolvam práticas que promovam equidade e aprendizagem significativa (Santos; Silva, 2021). A ausência de valorização, entretanto, reduz a autoestima profissional e desencoraja a experimentação de metodologias inovadoras que atendam às necessidades de todos os estudantes.

A desvalorização salarial se mostra um obstáculo crítico, pois gera rotatividade elevada e dificulta a atração de profissionais capacitados (Oliveira; Santos, 2020). Essa instabilidade compromete a continuidade do ensino, prejudica a criação de vínculos afetivos com os alunos e interfere na consolidação de estratégias pedagógicas que promovam inclusão efetiva.

O fortalecimento de políticas públicas voltadas para a valorização docente é um requisito essencial para reverter esse quadro (Pinheiro; Pinheiro; Pinheiro, 2019). Programas que ofereçam benefícios, estabilidade, incentivo à formação continuada e oportunidades de carreira contribuem para o desenvolvimento de profissionais motivados e comprometidos com a aprendizagem dos alunos.

O investimento na formação pedagógica e psicopedagógica deve considerar a interdisciplinaridade e o uso de tecnologias educacionais, preparando docentes para desafios contemporâneos de ensino e inclusão (Rodrigues; Lima, 2017). Professores atualizados e motivados são capazes de integrar práticas pedagógicas inovadoras, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos estudantes.

A influência familiar e social também desempenha papel significativo na educação inclusiva, exigindo que docentes estejam preparados para mediar situações diversas e complexas (Sales, 2017). A desvalorização profissional limita a capacidade do professor de engajar famílias, estabelecer parcerias e atuar de forma integrada com psicopedagogos e especialistas.

A atuação docente em contextos inclusivos demanda sensibilidade, competência técnica e reflexão ética contínua (Salaberry, 2008). A falta de incentivo institucional e reconhecimento

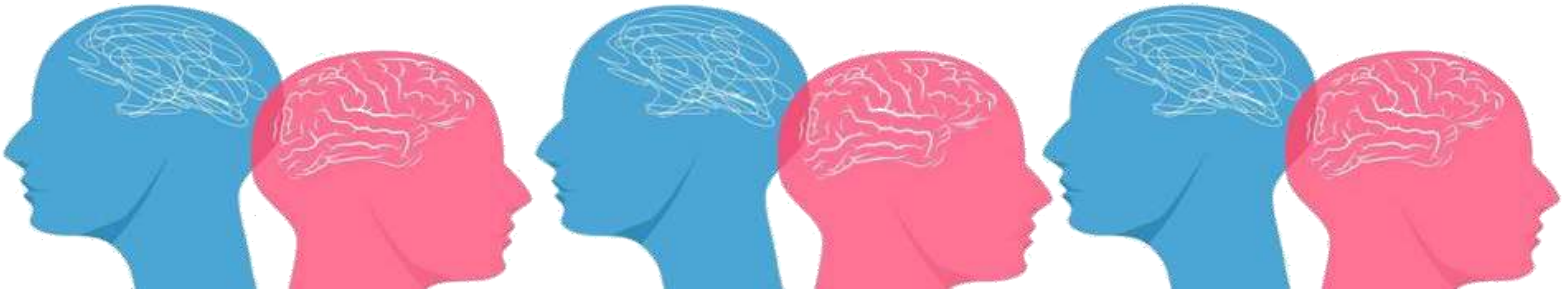
social reduz a capacidade de análise crítica, interferindo na construção de intervenções pedagógicas que atendam aos diferentes perfis de alunos.

A escassez de profissionais capacitados compromete o futuro das áreas de Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia, uma vez que a formação docente é a base para a atuação eficaz nessas especializações (Santos; Silva, 2021). A continuidade da inclusão escolar depende diretamente de professores qualificados, motivados e capazes de aplicar estratégias fundamentadas em evidências científicas.

Programas de formação docente devem ser planejados de maneira integrada, com foco em ética, competência técnica e práticas reflexivas (Oliveira; Santos, 2020). Tais iniciativas possibilitam que professores enfrentem desafios complexos, promovam aprendizagens significativas e atuem como agentes de transformação social, respeitando a diversidade de cada estudante.

A criação de redes de apoio e colaboração entre escolas, universidades e órgãos públicos fortalece a valorização docente, permitindo troca de experiências, compartilhamento de metodologias e formação contínua (Pinheiro; Pinheiro; Pinheiro, 2019). Esse ambiente colaborativo é essencial para preparar profissionais capazes de atuar em contextos inclusivos, oferecendo atendimento adequado a todos os alunos.

A sustentabilidade da inclusão educacional depende da valorização integral do professor, da garantia de condições adequadas de trabalho e do investimento em formação de qualidade (Rodrigues; Lima, 2017). Sem políticas consistentes que reconheçam o papel docente, será inviável assegurar práticas psicopedagógicas e neuropsicopedagógicas eficazes, comprometendo o futuro da educação inclusiva no Brasil.



2.4. MUDANÇAS NA APOSENTADORIA E IMPACTOS NA CARREIRA

As recentes alterações nas regras de aposentadoria no Brasil têm implicações profundas sobre a trajetória profissional dos docentes. Estudos indicam que o prolongamento do tempo de serviço exige maior resiliência e capacidade de atualização constante (Seeger; Zucolotto, 2018). A longevidade da carreira docente impõe desafios inéditos, exigindo planejamento estratégico para manter a eficácia pedagógica ao longo dos anos.

A necessidade de requalificação contínua torna-se central, pois docentes mais experientes enfrentam mudanças tecnológicas e pedagógicas que transformam a sala de aula e o processo de aprendizagem (Silva; Cardoso, 2020). A evolução do conhecimento educacional, aliada ao surgimento de metodologias inovadoras, demanda atualização constante em conteúdos, recursos didáticos e estratégias de ensino.

Alterações legais e normativas impactam diretamente a rotina profissional, exigindo que o docente domine aspectos administrativos e legais de sua carreira (Tavares et al., 2019). A adaptação às novas exigências legais e institucionais é fundamental para garantir que a prática pedagógica permaneça eficiente, ética e inclusiva, mesmo após anos de experiência.

A longevidade na carreira também intensifica a necessidade de gestão emocional e socioemocional, pois o prolongamento do tempo de serviço pode gerar desgaste físico e psicológico (Seeger; Zucolotto, 2018). O equilíbrio entre vida pessoal e profissional torna-se um componente crítico da formação contínua, com impacto direto na qualidade do ensino e na motivação para a prática educativa.

O aumento do tempo de trabalho docente exige que a formação inicial seja ampliada e que a capacitação continuada incorpore abordagens inovadoras de aprendizagem (Vigotski, 2020). Estratégias baseadas em evidências e intervenções psicopedagógicas se tornam essenciais para sustentar o desenvolvimento de competências, especialmente em contextos inclusivos e diversos.

Profissionais que permanecem mais tempo em sala de aula têm a oportunidade de desenvolver expertise diferenciada, aplicando conhecimento acumulado em situações práticas (Vigotski, 2021). Entretanto, essa experiência só se traduz em eficácia se acompanhada de atualização metodológica e reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas, garantindo alinhamento com as demandas atuais da educação.

A neuropsicopedagogia oferece instrumentos importantes para apoiar docentes na adaptação a essas mudanças, ao fornecer estratégias que consideram processos cognitivos e emocionais dos alunos (Volobuff, 2020). A aplicação de conhecimentos neurocientíficos em sala de aula contribui para a aprendizagem ativa, mantendo a motivação do estudante e promovendo inclusão de forma mais efetiva.

O prolongamento da carreira docente impacta a distribuição etária das equipes escolares, gerando a necessidade de políticas que promovam colaboração intergeracional (Silva; Cardoso, 2020). A convivência entre profissionais iniciantes e experientes favorece a troca de saberes e experiências, fortalecendo práticas pedagógicas e a implementação de metodologias inclusivas.

Mudanças na aposentadoria exigem maior consciência sobre planejamento de carreira, incluindo requalificação contínua, capacitação em novas tecnologias e atualização em legislação educacional (Tavares et al., 2019). O domínio desses elementos permite ao docente manter competência técnica e pedagógica ao longo de sua trajetória, assegurando ensino de qualidade.

A integração de abordagens psicopedagógicas e neuropsicopedagógicas torna-se ainda mais relevante, pois auxilia na compreensão de dificuldades de aprendizagem e na criação de estratégias de intervenção adaptadas (Volobuff, 2020). Esse enfoque favorece práticas inclusivas, essenciais para o desenvolvimento de estudantes com perfis diversos, incluindo aqueles com necessidades especiais.

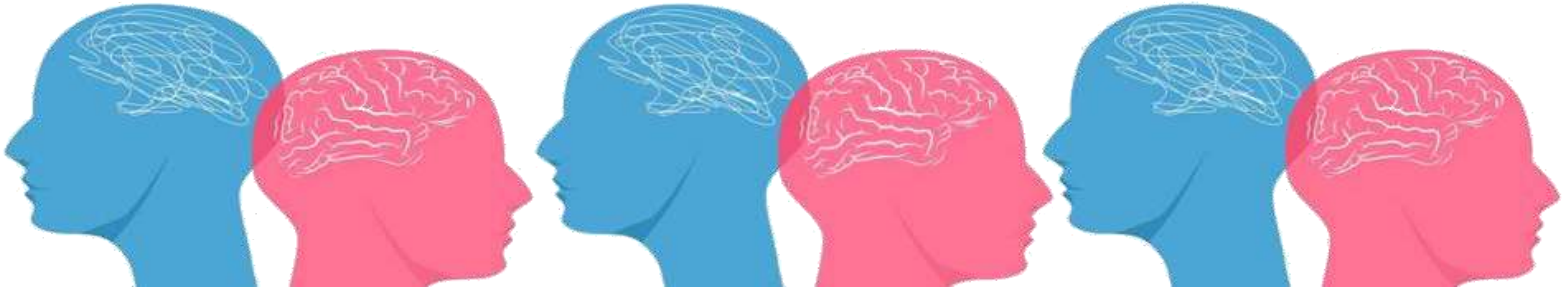
As políticas públicas devem considerar a necessidade de formação continuada adaptada à realidade de docentes com maior tempo de carreira (Seeger; Zucolotto, 2018). A oferta de cursos, workshops e programas de atualização específicos para profissionais mais experientes garante que a prática pedagógica se mantenha atualizada, inovadora e eficaz.

O prolongamento do exercício profissional também demanda atenção à saúde física e mental, sendo necessário implementar programas de suporte e bem-estar para docentes (Silva; Cardoso, 2020). Investimentos nesse sentido reduzem riscos de burnout, aumentando a longevidade e a produtividade pedagógica, favorecendo a qualidade da educação.

A reflexão ética e crítica sobre a prática docente torna-se central à medida que o professor permanece mais tempo ativo (Vigotski, 2020). Essa reflexão sustenta a aplicação de metodologias inclusivas, a promoção da equidade educacional e a adaptação de estratégias de ensino para atender a alunos com diferentes necessidades.

O aumento da expectativa de serviço também influencia a percepção da carreira, sendo necessário valorizar experiências acumuladas e reconhecer competências adquiridas ao longo dos anos (Vigotski, 2021). Essa valorização reforça o engajamento profissional e fortalece a identidade docente, criando um ambiente propício à aprendizagem significativa.A

s mudanças na aposentadoria ressaltam a importância de um desenvolvimento profissional contínuo, que integre atualização pedagógica, gestão emocional, tecnologias educacionais e abordagens inclusivas (Tavares et al., 2019). O futuro da carreira docente depende da capacidade de adaptação às transformações legais e educacionais, garantindo práticas educativas de excelência e equidade para todos os alunos. Nesse contexto, é essencial que os professores construam uma trajetória de aprendizado ao longo da vida, incorporando novas metodologias, pesquisas científicas e experiências práticas que ampliem sua competência profissional. A integração de saberes entre Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia potencializa a intervenção educacional, permitindo respostas mais precisas às necessidades individuais dos estudantes.



2.5. IMPACTO DAS ALTERAÇÕES LEGAIS NOS DIREITOS EDUCACIONAIS

As recentes alterações legais no campo educacional brasileiro, como a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e decretos voltados à inclusão, têm redesenhado o panorama das políticas escolares. Esses instrumentos normativos asseguram que todos os alunos, independentemente de suas condições individuais, tenham direito ao acesso e à permanência na escola (Pinheiro; Pinheiro; Pinheiro, 2019). Essa orientação legal impõe aos profissionais da educação a necessidade de atualização constante e domínio das normas que regem a prática pedagógica inclusiva.

A obrigatoriedade de adaptação dos currículos escolares às novas diretrizes legais desafia a gestão pedagógica e a atuação docente. A literatura aponta que a rápida implementação dessas alterações exige planejamento estratégico e flexibilidade metodológica, permitindo que práticas justas e equitativas sejam aplicadas no cotidiano escolar (Rodrigues; Lima, 2017). A adaptação curricular não é apenas técnica, mas envolve compreensão profunda das necessidades de alunos com diferentes perfis de aprendizagem.

As legislações de inclusão consolidam a obrigação de prover suporte pedagógico especializado, garantindo que estudantes com deficiência ou transtornos de aprendizagem sejam atendidos com atenção individualizada (Salaberry, 2008). O papel do docente torna-se, portanto, mais complexo e exige conhecimentos que vão além do conteúdo disciplinar, incorporando princípios de psicopedagogia e neuropsicopedagogia para promover o aprendizado significativo.

A implementação dessas leis também reflete diretamente na formação inicial e continuada dos profissionais. A necessidade de capacitação para compreender direitos educacionais, elaborar estratégias inclusivas e monitorar a evolução dos estudantes é reiterada na literatura (Sales, 2017). Profissionais não preparados para lidar com tais exigências podem comprometer a efetividade do processo educativo, gerando desigualdades e exclusão de alunos que demandam atenção especial.

A neuropsicopedagogia emerge como ferramenta essencial para garantir a efetividade das práticas inclusivas diante das mudanças legais. Pesquisas indicam que a compreensão do funcionamento cerebral e das particularidades cognitivas dos alunos permite intervenções mais precisas e personalizadas, ampliando o impacto positivo das políticas públicas (Santos; Silva, 2021). O vínculo entre legislação, prática pedagógica e conhecimento científico fortalece a qualidade do ensino inclusivo.

A legislação educacional também exige monitoramento contínuo dos efeitos das mudanças no cotidiano escolar. Estudos sugerem que a avaliação permanente das estratégias de ensino e dos resultados acadêmicos é indispensável para assegurar a equidade (Pinheiro; Pinheiro; Pinheiro, 2019). A análise criteriosa de dados permite ajustes curriculares e pedagógicos, tornando a educação mais responsiva às demandas legais e às necessidades dos alunos.

A compreensão histórica da educação inclusiva revela que avanços legais não se traduzem automaticamente em práticas efetivas (Rodrigues; Lima, 2017). A implementação depende da articulação entre políticas públicas, formação docente e infraestrutura escolar adequada. O conhecimento das experiências anteriores auxilia na antecipação de desafios e na criação de soluções contextualizadas.

A atuação das instituições de ensino, como as APAEs, mostra a importância da articulação entre legislação, planejamento pedagógico e acompanhamento individualizado (Salaberry, 2008). A vivência prática evidencia que a aplicação das normas legais deve ser acompanhada de capacitação docente, gestão eficiente de recursos e envolvimento das famílias.

O papel da família é reforçado pelas alterações legais, pois a legislação enfatiza a participação de responsáveis no processo educativo (Sales, 2017). Estratégias de cooperação entre escola e família contribuem para o cumprimento dos direitos educacionais, fortalecendo a aprendizagem e promovendo inclusão real e duradoura.

A complexidade das alterações legais exige que a formação docente seja multidisciplinar, integrando aspectos pedagógicos, psicopedagógicos e legais (Santos; Silva, 2021). A articulação desses saberes amplia a capacidade do profissional de atuar de maneira ética, eficiente e centrada no desenvolvimento integral do estudante.

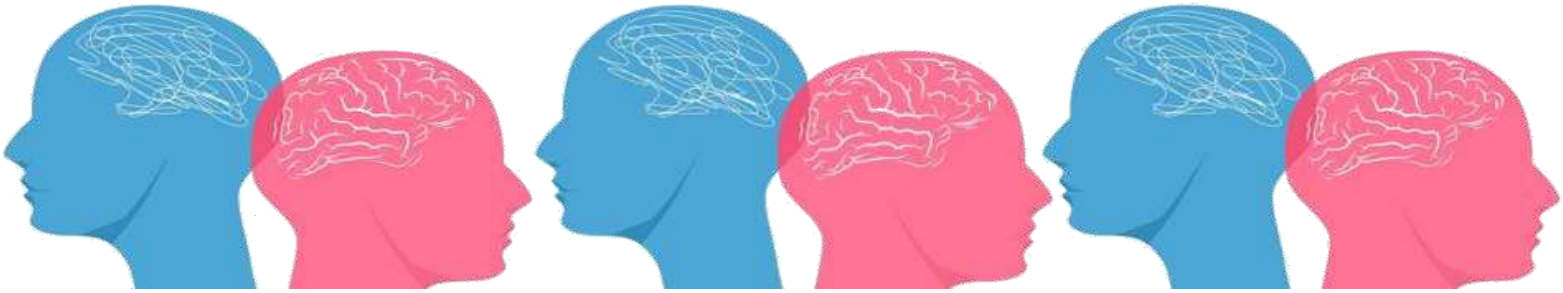
As mudanças legislativas também influenciam a avaliação de desempenho escolar, exigindo critérios que considerem diversidade, inclusão e progresso individual (Pinheiro; Pinheiro; Pinheiro, 2019). A avaliação deixa de ser apenas quantitativa, passando a contemplar aspectos qualitativos e socioemocionais do aprendizado.

A legislação recente reforça o direito à permanência escolar de todos os estudantes, mas exige recursos e estratégias pedagógicas adequadas para que tais direitos sejam efetivados (Rodrigues; Lima, 2017). O alinhamento entre norma e prática pedagógica é fundamental para que o objetivo da inclusão seja realmente alcançado.

A formação continuada docente deve contemplar análise de políticas educacionais, legislação vigente e práticas inclusivas, garantindo que o profissional esteja preparado para interpretar e aplicar normas com discernimento (Salaberry, 2008). A atualização constante é essencial para evitar práticas discriminatórias e garantir equidade na sala de aula.

O impacto das alterações legais também se estende à gestão escolar, que deve garantir suporte institucional para professores e alunos, além de supervisionar o cumprimento das normas (Sales, 2017). A liderança pedagógica exerce papel central na harmonização entre legislação, currículo e práticas educativas.

As mudanças legais transformam a prática pedagógica em um espaço de responsabilidade social e ética, exigindo que profissionais compreendam direitos educacionais e atuem para promovê-los de maneira concreta (Santos; Silva, 2021). A articulação entre legislação, conhecimento científico e prática docente é indispensável para consolidar uma educação inclusiva e de qualidade.



2.6. FUTURO DA FORMAÇÃO: INTEGRAÇÃO E INOVAÇÃO

O futuro da formação em Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia no Brasil exige uma abordagem interdisciplinar que combine fundamentos pedagógicos com conhecimentos em neurociência e práticas inclusivas (Leite, 2021). A articulação entre diferentes saberes permite que os profissionais compreendam melhor os processos de aprendizagem e as necessidades singulares de cada estudante, construindo estratégias mais efetivas para promover a equidade educacional.

O uso de tecnologias educacionais tem se mostrado essencial para atender às demandas contemporâneas, fornecendo ferramentas que ampliam o alcance e a qualidade do ensino (Melo; Maia Filho; Chaves, 2014). Recursos digitais podem apoiar a aprendizagem individualizada, permitindo ao docente adaptar métodos e materiais para atender alunos com diferentes estilos cognitivos, garantindo participação ativa de todos.

A integração da psicopedagogia no currículo formativo amplia a compreensão sobre dificuldades de aprendizagem e fatores socioemocionais que impactam o desempenho escolar (Molon, 2011). Essa perspectiva possibilita intervenções precoces, planejadas e contextualizadas, que promovem não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o bem-estar emocional do aluno.

A Neuropsicopedagogia contribui de maneira estratégica, oferecendo subsídios científicos para a compreensão do funcionamento cerebral e das relações entre cognição, emoção e comportamento (Oliveira; Santos, 2020). Profissionais capacitados nessa área podem

desenvolver práticas pedagógicas mais precisas e eficazes, fortalecendo a aprendizagem e a inclusão de estudantes com necessidades especiais.

O domínio de práticas inclusivas é crucial no contexto educacional contemporâneo, considerando as políticas de acessibilidade e diversidade presentes na legislação brasileira (Oliveira; Gomes, 2020). A formação deve preparar docentes capazes de implementar currículos adaptativos e recursos pedagógicos diferenciados, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, tenham oportunidades de aprendizado significativas.

O planejamento de estratégias pedagógicas deve considerar tanto os aspectos individuais quanto coletivos da aprendizagem, articulando intervenções grupais e atividades colaborativas (Melo; Maia Filho; Chaves, 2014). A perspectiva grupal possibilita a construção de habilidades sociais, empatia e cooperação, elementos essenciais para a inclusão e o desenvolvimento integral do estudante.

A compreensão da subjetividade e constituição do sujeito amplia a capacidade do profissional de intervir de maneira ética e responsiva aos contextos de aprendizagem (Molon, 2011). Reconhecer que cada aluno possui experiências, emoções e potenciais únicos é fundamental para a construção de práticas educativas humanizadas e adaptadas às necessidades reais.

O preparo dos futuros docentes deve contemplar a análise crítica da legislação educacional vigente, permitindo que compreendam e apliquem direitos educacionais de forma efetiva (Leite, 2021). A integração entre teoria normativa e prática pedagógica garante que a inclusão não se limite a uma política abstrata, mas se concretize no cotidiano escolar.

O desenvolvimento contínuo do professor é central para o futuro da formação, exigindo atualização constante frente às inovações tecnológicas e científicas (Oliveira; Santos, 2020). Cursos de capacitação, workshops e especializações devem ser incorporados como rotina na carreira docente, promovendo aprendizado permanente e competência profissional sólida.

A interdisciplinaridade também fortalece a capacidade do docente de atuar em diferentes contextos educacionais, incluindo escolas públicas, clínicas especializadas e instituições de ensino superior (Oliveira; Gomes, 2020). Essa diversidade de experiências possibilita a ampliação do repertório profissional e a adaptação das práticas a múltiplos cenários.

O futuro da formação exige, ainda, que os docentes desenvolvam competências socioemocionais, como resiliência, empatia e comunicação assertiva (Molon, 2011). Essas habilidades são essenciais para lidar com a complexidade das salas de aula inclusivas e para fomentar ambientes de aprendizagem seguros e colaborativos.

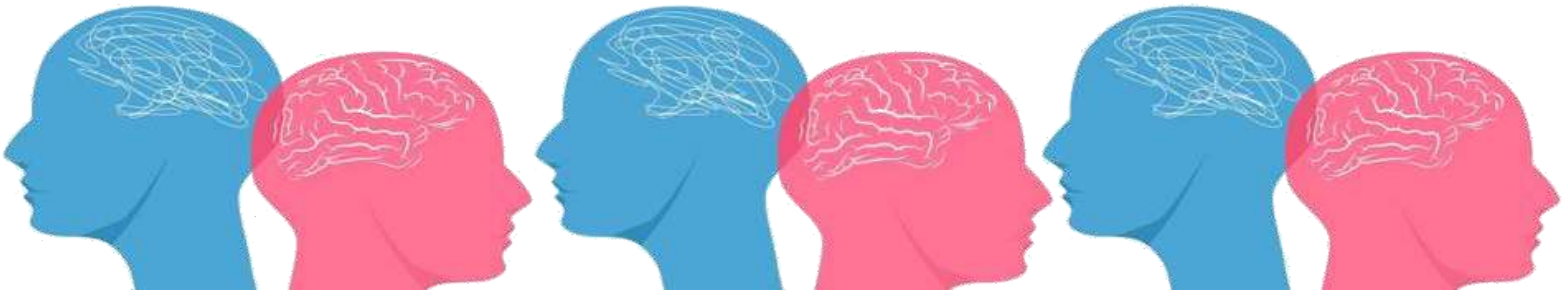
A articulação entre neurociência, pedagogia e psicopedagogia permite a criação de metodologias baseadas em evidências, garantindo intervenções mais precisas e resultados mais

consistentes (Oliveira; Santos, 2020). A ciência do cérebro fornece suporte para a avaliação do impacto de diferentes estratégias de ensino sobre o desenvolvimento cognitivo e emocional.

A formação integrada deve valorizar a criatividade e a inovação, capacitando os profissionais para desenvolver projetos pedagógicos adaptativos e personalizados (Leite, 2021). A capacidade de inovar no planejamento e na execução de práticas educativas é decisiva para atender às necessidades emergentes e dinâmicas da sociedade.

A reflexão crítica sobre os processos de ensino-aprendizagem fortalece a prática docente, permitindo que os profissionais analisem resultados, ajustem estratégias e promovam intervenções mais eficazes (Melo; Maia Filho; Chaves, 2014). A constante avaliação e revisão metodológica é um diferencial que garante qualidade e relevância na educação inclusiva.

O futuro da formação em Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia deve ser pautado pela integração de saberes, inovação tecnológica e compromisso com a inclusão (Oliveira; Gomes, 2020). Profissionais preparados sob essa perspectiva serão capazes de transformar o cenário educacional, promovendo aprendizagem significativa e equitativa para todos os alunos, em diferentes contextos e realidades.



2.7. INCLUSÃO E DIVERSIDADE NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A legislação brasileira atual, incluindo a LDB e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece direitos claros à educação inclusiva, exigindo que escolas e profissionais estejam preparados para atender à diversidade de estudantes (Coelho, 2013). Esta base legal não apenas garante acesso, mas também define a necessidade de práticas pedagógicas que contemplem diferenças cognitivas, emocionais e sociais, promovendo equidade na aprendizagem.

A atuação do neuropsicopedagogo tem se mostrado fundamental para identificar dificuldades de aprendizagem de forma precoce e orientar intervenções que atendam às necessidades específicas de cada aluno (Arruda et al., 2020). Intervenções direcionadas podem reduzir o impacto de barreiras cognitivas e emocionais, permitindo que estudantes com desafios complexos alcancem níveis satisfatórios de desempenho escolar.

A formação docente especializada é decisiva para garantir eficácia na inclusão, exigindo desenvolvimento de competências técnicas, éticas e socioemocionais (Castilho; Palheta; Sarpedonti, 2019). Professores preparados nesse modelo conseguem construir estratégias

adaptativas e personalizadas, fortalecendo o engajamento e a motivação de alunos com diferentes perfis de aprendizagem.

O planejamento de Planos Pedagógicos Individualizados (PPI) ou Planos Educacionais Individuais (PEI) requer conhecimento profundo sobre necessidades especiais, desenvolvimento cognitivo e estratégias de mediação (Belo; Guedes, 2022). Ao sistematizar objetivos, métodos e recursos, esses planos se tornam ferramentas concretas para inclusão, orientando a atuação docente e possibilitando acompanhamento contínuo do progresso.

As práticas pedagógicas inclusivas envolvem não apenas adaptação de conteúdos e metodologias, mas também a criação de ambientes acolhedores e estimulantes (Castro; Silva, 2019). Espaços organizados de forma acessível, aliados a metodologias interativas, promovem autonomia e participação ativa dos alunos, fortalecendo habilidades cognitivas e socioemocionais.

O desafio institucional permanece significativo, uma vez que muitas escolas resistem a implementar mudanças que exigem flexibilização curricular e capacitação docente (Coelho, 2013). A superação dessas barreiras demanda políticas públicas consistentes, programas de formação continuada e incentivo ao desenvolvimento de práticas inclusivas estruturadas.

A atuação do neuropsicopedagogo se estende à articulação entre escola, família e comunidade, promovendo estratégias integradas que potencializam o aprendizado e o desenvolvimento do aluno (Ferreira; Silva, 2021). Essa abordagem colaborativa fortalece vínculos e permite que intervenções sejam contextualizadas e mais eficazes, respeitando a singularidade de cada estudante.

A diversidade na sala de aula exige sensibilidade do professor para lidar com diferentes estilos de aprendizagem, ritmos de desenvolvimento e necessidades emocionais (Freitas, 2008). A compreensão das particularidades individuais favorece práticas pedagógicas equitativas e preventivas, contribuindo para a redução de evasão escolar e dificuldades de inclusão.

O desenvolvimento de competências docentes inclui a capacidade de avaliação contínua, diagnóstico preciso e implementação de intervenções baseadas em evidências (Arruda et al., 2020). Tal abordagem permite que o professor ajuste suas estratégias conforme a evolução do aluno, garantindo progressos mensuráveis e sustentáveis.

A promoção da inclusão também envolve práticas que estimulam a empatia, a cooperação e o respeito à diversidade (Castilho; Palheta; Sarpedonti, 2019). Atividades colaborativas e experiências compartilhadas contribuem para a construção de valores sociais essenciais, preparando estudantes para interagir de forma ética e respeitosa na sociedade.

O uso de tecnologias educacionais adaptativas representa uma oportunidade para ampliar a eficácia das intervenções inclusivas (Belo; Guedes, 2022). Ferramentas digitais

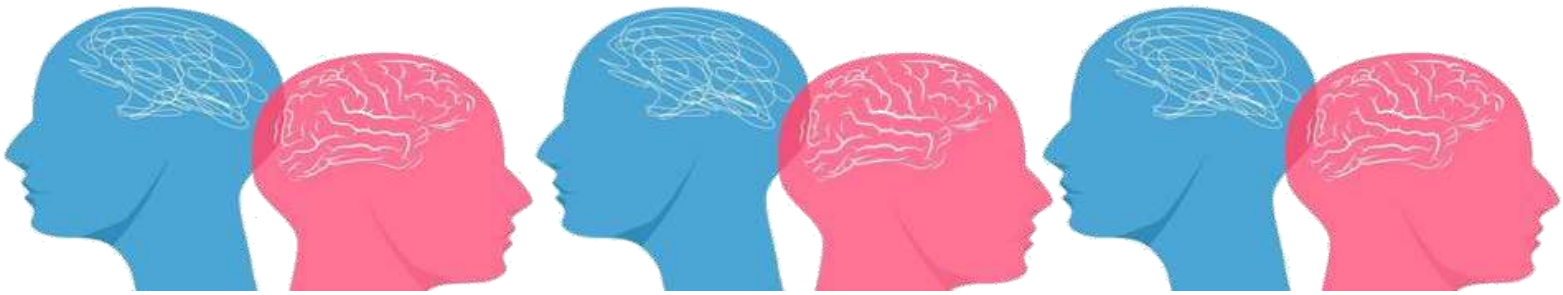
permitem a personalização de conteúdos, acompanhamento do progresso em tempo real e estímulo a diferentes competências cognitivas, promovendo aprendizado ativo e engajante.

A integração entre psicopedagogia e neuropsicopedagogia permite que docentes compreendam não apenas o que o aluno aprende, mas também como ocorre o processo de aprendizagem (Castro; Silva, 2019). Essa visão ampliada possibilita intervenções mais precisas e efetivas, favorecendo o desenvolvimento integral do estudante.

A escassez de recursos humanos e tecnológicos especializados impõe desafios significativos à implementação plena da inclusão (Coelho, 2013). A superação desse problema requer planejamento estratégico, investimentos públicos e formação contínua de profissionais qualificados para atuar em contextos diversos.

A resistência cultural à inclusão, muitas vezes enraizada em preconceitos ou desconhecimento, necessita ser enfrentada por meio de sensibilização e capacitação (Freitas, 2008). Programas de formação contínua e campanhas educativas são essenciais para transformar a prática pedagógica e consolidar a equidade educacional.

A inclusão e a diversidade na prática pedagógica representam mais do que um imperativo legal; são componentes centrais da ética profissional e da qualidade do ensino (Ferreira; Silva, 2021). A construção de ambientes de aprendizagem inclusivos contribui para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional de todos os alunos, consolidando uma educação comprometida com a equidade e a justiça social.



2.8. IMPACTO DAS ALTERAÇÕES LEGAIS NOS DIREITOS EDUCACIONAIS

As recentes alterações legais no Brasil, incluindo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e decretos relacionados à educação inclusiva, estabelecem direitos claros para todos os estudantes, promovendo acesso equitativo e permanência na escola (Leite, 2021). Essas normas redefinem o papel das instituições de ensino, impondo a necessidade de revisões curriculares, adoção de práticas pedagógicas inclusivas e acompanhamento constante do desenvolvimento educacional de cada aluno.

A legislação vigente impõe que os profissionais da educação estejam atualizados quanto às normas legais e seus desdobramentos, garantindo que práticas discriminatórias sejam evitadas e que os direitos educacionais sejam respeitados (Oliveira; Gomes, 2020). Tal exigência amplia o

escopo das responsabilidades docentes, que devem articular conhecimento técnico, ético e legal em suas estratégias pedagógicas.

O cumprimento das novas normas legais demanda formação contínua e especialização de professores, pedagogos, psicopedagogos e neuropsicopedagogos, criando um cenário no qual a atualização profissional deixa de ser opcional para se tornar imprescindível (Melo; Maia Filho; Chaves, 2014). Este processo de formação visa assegurar que intervenções educacionais sejam fundamentadas em evidências, equidade e respeito às diferenças individuais.

O impacto da legislação também se manifesta na necessidade de elaboração de Planos Pedagógicos Individualizados (PPI) e Planos Educacionais Individuais (PEI), adaptados às características e necessidades de cada estudante (Pinheiro; Pinheiro; Pinheiro, 2019). Estes instrumentos permitem a personalização do ensino, garantindo que direitos de aprendizagem sejam materializados na prática escolar cotidiana.

A implementação das normas legais enfrenta desafios estruturais, incluindo a resistência institucional e a insuficiência de recursos humanos e tecnológicos (Rodrigues; Lima, 2017). Tais limitações comprometem o pleno exercício dos direitos educacionais, exigindo planejamento estratégico e investimentos em capacitação docente e infraestrutura inclusiva.

O impacto das alterações legais se estende à avaliação e monitoramento das práticas pedagógicas, exigindo que gestores e docentes adotem indicadores claros de qualidade e inclusão (Oliveira; Santos, 2020). Ferramentas de acompanhamento permitem identificar lacunas e implementar ajustes que garantam que os alunos recebam suporte adequado e consistente.

A integração da psicopedagogia e da neuropsicopedagogia à rotina escolar torna-se ainda mais relevante frente às mudanças legais, pois estas áreas contribuem para compreender processos cognitivos, emocionais e comportamentais que influenciam a aprendizagem (Pinheiro; Pinheiro; Pinheiro, 2019). Esta articulação interdisciplinar fortalece intervenções individualizadas e eficazes.

A legislação reforça a responsabilidade das escolas em assegurar inclusão efetiva de alunos com deficiências ou necessidades educativas especiais, exigindo adaptação de metodologias e materiais didáticos (Oliveira; Gomes, 2020). Tais adaptações devem respeitar princípios pedagógicos e legais, garantindo equidade no acesso aos conteúdos curriculares.

A aplicação de práticas inclusivas, fundamentadas em direitos educacionais garantidos por lei, envolve também a sensibilização e formação das famílias, que desempenham papel central no acompanhamento do desenvolvimento estudantil (Rodrigues; Lima, 2017). Este envolvimento fortalece a eficácia das intervenções escolares e contribui para a consolidação de aprendizagens significativas.

As mudanças legais também impactam a gestão escolar, exigindo que diretores e coordenadores implementem políticas internas alinhadas à legislação, incluindo capacitação de docentes, monitoramento de práticas pedagógicas e adaptação de currículos (Leite, 2021). Este alinhamento institucional é crucial para transformar direitos legais em ações concretas de inclusão.

A integração de tecnologias educacionais adaptativas surge como estratégia eficiente para atender às novas exigências legais, permitindo personalizar o ensino e ampliar oportunidades de aprendizagem para todos os alunos (Oliveira; Santos, 2020). Ferramentas digitais possibilitam acompanhamento individualizado, registro de progressos e ajustes contínuos nas intervenções pedagógicas.

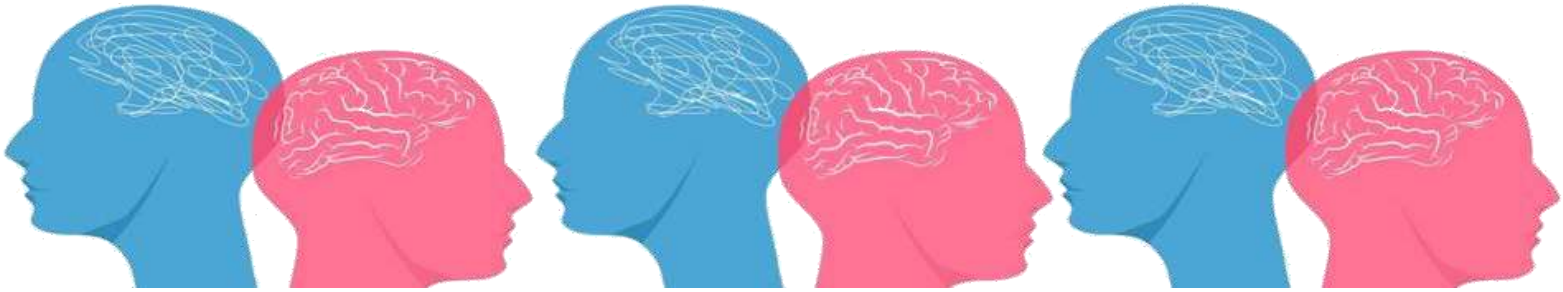
O respeito à diversidade cultural, social e cognitiva é reforçado pela legislação recente, exigindo que práticas educativas considerem contextos e experiências de vida distintas (Melo; Maia Filho; Chaves, 2014). A valorização dessas diferenças contribui para a construção de ambientes de aprendizagem inclusivos, onde todos os alunos podem desenvolver seu potencial plenamente.

O impacto das alterações legais se reflete também na necessidade de avaliação crítica das políticas públicas de educação inclusiva, garantindo que normas e decretos não se limitem a textos legais, mas se transformem em práticas efetivas nas escolas (Pinheiro; Pinheiro; Pinheiro, 2019). Esta avaliação fortalece a governança educacional e o direito de cada aluno à educação de qualidade.

A articulação entre teoria legal e prática pedagógica permite que docentes ajustem suas estratégias para atender às demandas específicas de cada estudante, respeitando princípios de equidade e justiça social (Leite, 2021). Este alinhamento entre conhecimento jurídico, pedagógico e psicológico potencializa resultados educacionais inclusivos e sustentáveis.

As alterações legais representam uma oportunidade para transformar a educação brasileira, consolidando uma cultura de direitos educacionais, inclusão e valorização da diversidade (Oliveira; Gomes, 2020). Profissionais preparados, escolas adaptadas e políticas consistentes formam a base necessária para que o cumprimento da lei se traduza em práticas efetivas, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento.

A articulação entre teoria e prática fortalece a capacidade docente de promover ambientes inclusivos, onde diferenças são reconhecidas como potencialidades a serem exploradas. A participação ativa das famílias, comunidade escolar e gestores contribui para a efetivação de políticas públicas de qualidade, tornando a inclusão um compromisso coletivo.



2.9. ENTREVISTA COM A IDÊNIS GLÓRIA BELCHIOR SOBRE O FUTURO DA FORMAÇÃO E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO

1. Qual é a importância da integração entre Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia na formação docente? (Cabral, 2025)

Resposta Doutora Idênis Belchior: A integração dessas áreas é essencial para formar profissionais capazes de compreender o aluno de maneira holística. Cada disciplina contribui com uma perspectiva distinta: a Pedagogia foca no ensino e currículo, a Psicopedagogia na aprendizagem e nos processos cognitivos, e a Neuropsicopedagogia no funcionamento cerebral e na intervenção neuroeducacional. Essa união potencializa práticas inclusivas e fundamentadas em evidências.

2. Quais são os principais desafios que a educação inclusiva enfrenta atualmente no Brasil? (Drumond Ischkanian, 2025)

Resposta Doutora Idênis Belchior: Entre os desafios, destacam-se a resistência cultural a novas práticas pedagógicas, a escassez de recursos especializados, e a necessidade de atualização constante dos profissionais. Além disso, mudanças legais frequentes exigem adaptações rápidas, o que demanda agilidade e reflexão crítica por parte de escolas e docentes.

3. Como as recentes alterações legais impactam os direitos educacionais dos alunos? (Cabral, 2025)

Resposta Doutora Idênis Belchior: Elas reforçam a garantia de acesso, permanência e aprendizagem significativa para todos. Por outro lado, exigem que docentes e instituições compreendam e apliquem essas normas, evitando práticas discriminatórias e assegurando que cada estudante receba suporte adequado às suas necessidades.

4. De que maneira a formação contínua contribui para a eficácia profissional? (Drumond Ischkanian, 2025)

Resposta Doutora Idênis Belchior: Resposta Doutora Idênis Belchior: A atualização constante permite que o professor acompanhe mudanças legais, metodológicas e tecnológicas, mantendo-se alinhado às exigências de um contexto educacional em constante transformação (Drumond Ischkanian, 2025). Formação contínua não se restringe à aquisição de novos

conteúdos; envolve também o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, resiliência e escuta ativa, essenciais para lidar com a diversidade presente em sala de aula. Promove habilidades de gestão pedagógica e organizacional, permitindo que o docente planeje, execute e avalie estratégias de ensino de maneira mais eficaz. O investimento em atualização permanente contribui para a construção de práticas inclusivas, fundamentadas em evidências e adaptadas às necessidades individuais de cada estudante. Essa abordagem fortalece a capacidade crítica e reflexiva do profissional, estimulando a criatividade e a inovação em processos de aprendizagem. Ao integrar teoria, prática e tecnologia educacional, a formação contínua cria condições para que os professores atuem com mais segurança e competência, elevando a qualidade do ensino e fomentando o desenvolvimento integral dos alunos.

5. Qual é o papel da tecnologia na formação e atuação de profissionais das três áreas? (Cabral, 2025)

Resposta Doutora Idênis Belchior: A tecnologia serve como ferramenta de personalização da aprendizagem, diagnóstico precoce e intervenção educativa. Além disso, possibilita que profissionais trabalhem de forma colaborativa e integrada, utilizando dados para ajustar estratégias pedagógicas e promover um ensino mais eficiente e inclusivo.

6. Como garantir que alunos com necessidades especiais recebam atenção adequada dentro do sistema educacional? (Drumond Ischkanian, 2025)

Resposta Doutora Idênis Belchior: É preciso que escolas implementem planos pedagógicos individualizados, promovam formação específica para docentes e integrem psicopedagogia e neuropsicopedagogia na prática diária. A articulação entre teoria, prática e evidências científicas garante que cada aluno tenha oportunidades de aprender conforme suas potencialidades.

7. Existe risco de desvalorização da profissão docente frente às mudanças legais e demandas sociais? (Cabral, 2025)

Resposta Doutora Idênis Belchior: Sim, existe risco de desvalorização da profissão docente, sobretudo quando persistem defasagens salariais, excesso de carga horária e falta de reconhecimento social (Cabral, 2025). Essa condição pode desmotivar profissionais experientes e comprometer a atração de novos talentos para a carreira, afetando diretamente a qualidade do ensino e a capacidade de promover práticas inclusivas. Entretanto, o fortalecimento de políticas públicas voltadas à valorização docente, programas de formação continuada e reconhecimento institucional do papel estratégico do professor podem reverter essa tendência. Investimentos em

capacitação e suporte pedagógico, aliados a ambientes de trabalho respeitosos e colaborativos, elevam o prestígio da profissão e estimulam a inovação em sala de aula. Além disso, o reconhecimento da importância social do trabalho docente reforça o compromisso ético e pedagógico dos profissionais, incentivando práticas educativas mais reflexivas e centradas no aluno. A combinação de medidas estruturais, financeiras e formativas cria um cenário mais seguro e motivador, garantindo que a carreira docente seja percebida como essencial para o desenvolvimento educacional e social.

8. Qual é o impacto da escassez de profissionais capacitados em Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia? (Drumond Ischkanian, 2025)

Resposta Doutora Idênis Belchior: A falta de profissionais compromete a inclusão e a personalização do ensino, criando lacunas no acompanhamento do desenvolvimento cognitivo e socioemocional. A formação robusta em Pedagogia continua sendo a base que sustenta essas especializações, reforçando a necessidade de cursos integrados e multidisciplinares.

9. Como os conceitos de Vygotsky influenciam a prática pedagógica inclusiva? (Cabral, 2025)

Resposta Doutora Idênis Belchior: Vygotsky nos lembra da importância do contexto social e da interação na aprendizagem. Isso significa que professores devem considerar experiências individuais e culturais, utilizando estratégias de mediação e apoio contínuo, o que se alinha perfeitamente aos princípios da Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia.

10. Quais competências socioemocionais são fundamentais na formação desses profissionais? (Drumond Ischkanian, 2025)

Resposta Doutora Idênis Belchior: Empatia, resiliência, escuta ativa e capacidade de trabalhar em equipe são essenciais. Essas habilidades permitem lidar com a diversidade da sala de aula, compreender dificuldades de aprendizagem e criar um ambiente que valorize cada aluno, promovendo bem-estar e aprendizado efetivo.

11. Como a interdisciplinaridade entre áreas contribui para a inovação na educação? (Cabral, 2025)

Resposta Doutora Idênis Belchior: Ao unir saberes, metodologias e práticas, a interdisciplinaridade permite soluções mais criativas para desafios complexos. Profissionais capazes de articular diferentes perspectivas conseguem desenvolver intervenções mais completas, promovendo inclusão e aprendizagem significativa em diferentes contextos escolares.

Essa abordagem facilita a integração entre teoria e prática, possibilitando que conceitos de Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia se complementem. A colaboração entre especialistas de diversas áreas também estimula a inovação em estratégias de ensino, adaptando recursos pedagógicos às necessidades individuais dos alunos. Promove reflexões críticas sobre processos de aprendizagem e gestão de sala de aula, fortalecendo competências socioemocionais. A interdisciplinaridade, não apenas amplia horizontes de conhecimento, mas também contribui para uma educação mais flexível, dinâmica e sensível às diferenças. Profissionais preparados dessa maneira estão aptos a transformar a experiência educativa em um ambiente inclusivo, participativo e baseado em evidências científicas.

12. Que papel têm as políticas públicas na consolidação da educação inclusiva? (Drumond Ischkanian, 2025)

Resposta Doutora Idênis Belchior: Políticas públicas são fundamentais para criar infraestrutura adequada, formar professores e garantir recursos pedagógicos especializados. Sem políticas consistentes, os direitos educacionais previstos em lei correm o risco de não se concretizar, perpetuando desigualdades no acesso e na qualidade da educação.

13. Como a Neuropsicopedagogia pode impactar o desenvolvimento de alunos com transtornos de aprendizagem? (Cabral, 2025)

Resposta Doutora Idênis Belchior: A Neuropsicopedagogia permite compreender a base cerebral de dificuldades como dislexia, TDAH ou déficits cognitivos. Intervenções direcionadas fortalecem funções cognitivas, promovem autonomia, participação ativa e inclusão, aumentando a eficácia das práticas pedagógicas.

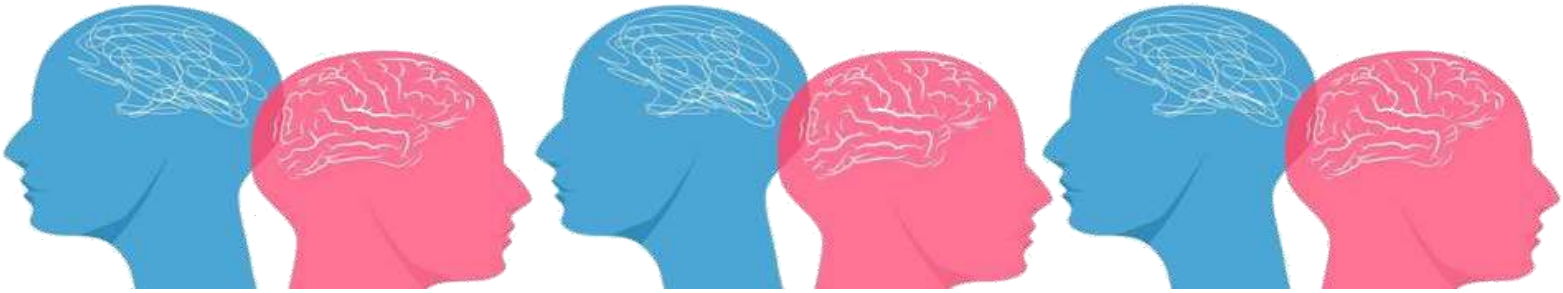
14. Qual é a importância da articulação entre família, escola e profissional especializado? (Drumond Ischkanian, 2025)

Resposta Doutora Idênis Belchior: Essa articulação garante que o aprendizado seja contínuo, coerente e alinhado às necessidades do aluno. Quando família, escola e profissionais especializados atuam de forma integrada, o processo de aprendizagem torna-se contínuo e coerente, permitindo que intervenções pedagógicas e socioemocionais sejam aplicadas de maneira consistente. A família assume um papel ativo, oferecendo suporte emocional, acompanhamento das tarefas e estímulo às competências do aluno, enquanto o profissional especializado direciona estratégias pedagógicas individualizadas e ajusta intervenções conforme as necessidades cognitivas e comportamentais identificadas. Essa colaboração fortalece vínculos, favorece a compreensão das dificuldades e potencialidades do estudante, e cria uma cultura de

responsabilidade compartilhada. Além disso, promove a comunicação aberta entre todos os atores envolvidos, reduzindo lacunas entre teoria e prática e garantindo que cada ação pedagógica tenha impacto real. Ao consolidar essa rede de aprendizado, torna-se possível promover não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o bem-estar integral do aluno, preparando-o para desafios futuros e promovendo uma educação mais equitativa e humanizada.

15. Como você visualiza o futuro da formação em Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia no Brasil? (Cabral, 2025)

Resposta Doutora Idênis Belchior: Vejo um futuro marcado pela integração, inovação e ênfase na inclusão. Profissionais cada vez mais preparados, tecnologias educacionais avançadas e práticas fundamentadas em evidências permitirão que a educação seja mais equitativa, personalizada e sensível às diferenças, garantindo oportunidades reais para todos os alunos. Além disso, a formação docente deve evoluir para incorporar habilidades socioemocionais, pensamento crítico e competências digitais, fortalecendo a capacidade de adaptação a contextos variados. A colaboração entre áreas e a promoção de práticas interdisciplinares serão essenciais para enfrentar desafios complexos e atender às demandas da sociedade. Espero que a educação inclusiva se consolide como norma, com profissionais capacitados para identificar e intervir nas diferentes necessidades de aprendizagem, criando ambientes escolares mais justos e estimulantes para todos.



3. CONCLUSÃO

O futuro da formação em Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia no Brasil se apresenta como um terreno fértil para a inovação educacional, em que a integração entre saberes complementares é capaz de fortalecer práticas inclusivas e sensíveis às necessidades individuais dos estudantes. A convergência entre teoria, pesquisa e aplicação prática possibilita a criação de profissionais mais preparados, conscientes da diversidade e aptos a intervir com eficiência nos processos de aprendizagem, oferecendo suporte adequado a todos os perfis de alunos.

As alterações legais recentes representam desafios, mas também oportunidades significativas para a educação. Normas como a BNCC e legislações sobre inclusão incentivam a reestruturação de currículos, promovendo a formação de docentes capazes de articular conteúdos, metodologias e estratégias de avaliação de maneira mais equitativa. Nesse contexto, a atualização contínua se torna um pilar essencial, permitindo que os profissionais acompanhem mudanças jurídicas e sociais, garantindo o exercício pleno dos direitos educacionais.

A interdisciplinaridade entre Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia contribui decisivamente para a inovação na educação, ao permitir abordagens mais completas e integradas. A compreensão do funcionamento cognitivo, emocional e social do aluno propicia intervenções mais precisas, reduz lacunas no processo de aprendizagem e fortalece o protagonismo estudantil. Profissionais que trabalham nesse modelo conseguem adaptar estratégias a diferentes contextos escolares, respeitando ritmos e estilos individuais de aprendizagem.

O desenvolvimento de competências socioemocionais nos docentes emerge como fator crucial para a eficácia da prática pedagógica. Habilidades como empatia, resiliência, escuta ativa e capacidade de colaboração favorecem a construção de ambientes de aprendizagem mais inclusivos e acolhedores. Quando somadas ao domínio de técnicas pedagógicas, psicopedagógicas e neuropsicopedagógicas, essas competências ampliam a capacidade do profissional de responder de forma ética e responsável às demandas da educação contemporânea.

A tecnologia educacional desempenha papel estratégico nesse cenário, proporcionando ferramentas que auxiliam na personalização da aprendizagem, na identificação precoce de dificuldades e na intervenção pedagógica assertiva. Plataformas digitais, recursos interativos e sistemas de acompanhamento do desempenho escolar permitem que os profissionais integrem dados, monitorando progressos e ajustando práticas de maneira contínua. Essa articulação entre inovação tecnológica e conhecimento especializado fortalece o processo inclusivo e amplia o alcance de estratégias pedagógicas.

A valorização e o reconhecimento da profissão docente são elementos fundamentais para a consolidação de práticas educacionais transformadoras. Políticas públicas que garantam formação continuada, melhores condições de trabalho e remuneração adequada fortalecem o compromisso do docente com a aprendizagem e a inclusão. Um corpo docente motivado e bem preparado é capaz de implementar intervenções pedagógicas de alta qualidade, promovendo uma educação equitativa e sustentada por evidências científicas.

O engajamento da família e da comunidade escolar complementa a eficácia das práticas pedagógicas inclusivas. Quando há articulação entre escola, familiares e profissionais especializados, o aprendizado torna-se contínuo e contextualizado, garantindo que cada aluno

receba suporte coerente com suas necessidades. Essa colaboração promove o fortalecimento de vínculos, a ampliação de oportunidades de aprendizagem e a construção de um ambiente educativo mais justo e participativo.

A formação docente, alinhada às demandas contemporâneas, evidencia o potencial de transformação da educação inclusiva no Brasil. Profissionais integrados, capazes de atuar com base em conhecimento teórico, pesquisa aplicada e evidências científicas, podem enfrentar desafios complexos, inovar metodologias e criar oportunidades educativas que respeitem e valorizem as diferenças. A perspectiva de uma educação personalizada, inclusiva e equitativa torna-se, assim, mais próxima da realidade.

O futuro da formação em Pedagogia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia aponta para a consolidação de um modelo educativo que valoriza a integração de saberes, a atualização contínua, a inovação tecnológica e a promoção da inclusão. Os desafios legais e sociais existentes constituem estímulos para o crescimento da prática docente, estimulando criatividade, reflexão crítica e compromisso ético. Esse cenário reforça a expectativa de uma educação brasileira mais justa, abrangente e transformadora, capaz de garantir direitos educacionais e promover aprendizagem significativa para todos.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, R. A. et al. **Atividades e intervenções neuropsicopedagógicas: estudo de caso de criança com autismo.** In: Anais – IV Congresso Internacional de Educação Inclusiva – CINTED, 2020.

BELO, R. C. F.; GUEDES, I. C. **Neuropsicopedagogo: Como este profissional pode auxiliar nos processos de aprendizagem.** Revista Acadêmica Faculdade Progresso, v. 7, n. 2, 2022.

CASTILHO, J. A. C.; PALHETA, C. S. S.; SARPEDONTI, V. **Desenvolvimento de competências docentes no atendimento educacional especializado: experiências formativas na APAE de Belém/PA.** Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v. 6, n. 1, p. 81-98, 2019.

CASTRO, F. S. L.; SILVA, S. V. **A atuação do neupsicopedagogo no empoderamento da aprendizagem.** Revista Mythos, v. 12, n. 2, p. 102-114, 2019.

COELHO, C. L. M. **Cenas da inclusão: modelos e intervenções em experiências portuguesa e brasileira.** Rev. Bras. Estud. Pedagog., Brasília, v. 94, n. 236, p. 125-149, Apr. 2013.

DIAS, F. P. O.; ENDLICH, A. G. **A pesquisa documental como ato responsável e responsivo.** In: IV Encontro De Estudos Bakhtinianos [EEBA]: das Resistências à Escatologia Política: risos, corpos e narrativas enunciando uma ciência outra, 2017, Campinas, SP. Slam: voz e resistência, p. 310-315. 2017.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

FERREIRA, S.; SILVA, F. J. A. **O Trabalho Do Neuropsicopedagogo: atuação, ética e importância demonstradas através de um relato de experiência.** Scientia Generalis, v. 2, n. 2, p. 14-22, 2021.

FREITAS, N. K. **Inclusão socioeducativa na escola: avaliação do processo e dos alunos.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 16, p. 323-336, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental.** Porto, Universidade de Algarve, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, M. M. F. **A contribuição de Vygotsky na educação especial: desenvolvimento e aprendizagem.** Kiri-Kerê-Pesquisa em Ensino, n. 11, 2021.

MELO, A. S. E.; MAIA FILHO, O. N.; CHAVES, H. V. **Conceitos básicos em intervenção grupal.** Encontro: Revista de Psicologia, v. 17, n. 26, p. 47-63, 2014.

MOLON, S. I. **Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem.** Psicologia em estudo, v. 16, p. 613-622, 2011.

OLIVEIRA, F. Â.; GOMES, A. L. L. **Escolarização de alunos com deficiência no Brasil: uma análise sob a perspectiva dos estudos de Lev Vygotsky: un análisis bajo la perspectiva de los estudios Lev Vygotsky.** Kiri-Kerê-Pesquisa em Ensino, v. 1, n. 9, 2020.

OLIVEIRA, S.; SANTOS, A. A. **Contribuições da Neuropsicopedagogia no processo de envelhecimento: prevenção do declínio cognitivo e melhoria de qualidade de vida.** Itinerarius Reflectionis, v. 16, n. 2, p. 01-11, 2020.

PINHEIRO, V. O.; PINHEIRO, M. O.; PINHEIRO, A. R. O. **A neuropsicopedagogia e a educação escolar na perspectiva da educação inclusiva: elos e paralelos.** In: PINHEIRO, M. O. O diálogo entre a psicopedagogia e os desafios da aprendizagem: identidades, caminhos e abrangências [recurso eletrônico] / Moisaniel Oliveira Pinheiro (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais.** 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, A. P. N.; LIMA, C. A. **A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão.** Revista de Educação. Pernambuco, v. 3, n. 5, 2017.

SALABERRY, N. T. M. **A APAE educadora: na prática de uma unidade da APAE de Porto Alegre.** 2008. 132f. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SALES, F. **A influência familiar no desenvolvimento das pessoas com deficiência.** Revista Eletrônica de Ciências da Educação, v. 16, n. 1 e 2, 2017.

SANTOS, R. A.; SILVA, F. P. **As contribuições da neuropsicopedagogia na arte de aprender e de ensinar com ênfase em dislexia.** Research, Society and Development, v. 10, n. 11, p. e69101119445-e69101119445, 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SEEGER, M. G.; ZUCOLOTTO, M. P. R. **Inclusão educacional: a abordagem histórico-cultural de Vygotsky.** Disciplinarum Scientia| Ciências Humanas, v. 19, n. 1, p. 139-148, 2018.

SILVA, M. J. F.; CARDOSO, F. B. **A identificação precoce de uma possível deficiência intelectual através de uma perspectiva neuropsicopedagógica.** Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 6, p. 37767-37774, 2020.

TAVARES, D. S. et al. **Inclusão Escolar, Dificuldades E Transtornos De Aprendizagem Na Prática Neuropsicopedagógica Institucional.** In: Anais. VII Congresso Nacional de Educação – CONEDU, 2019.

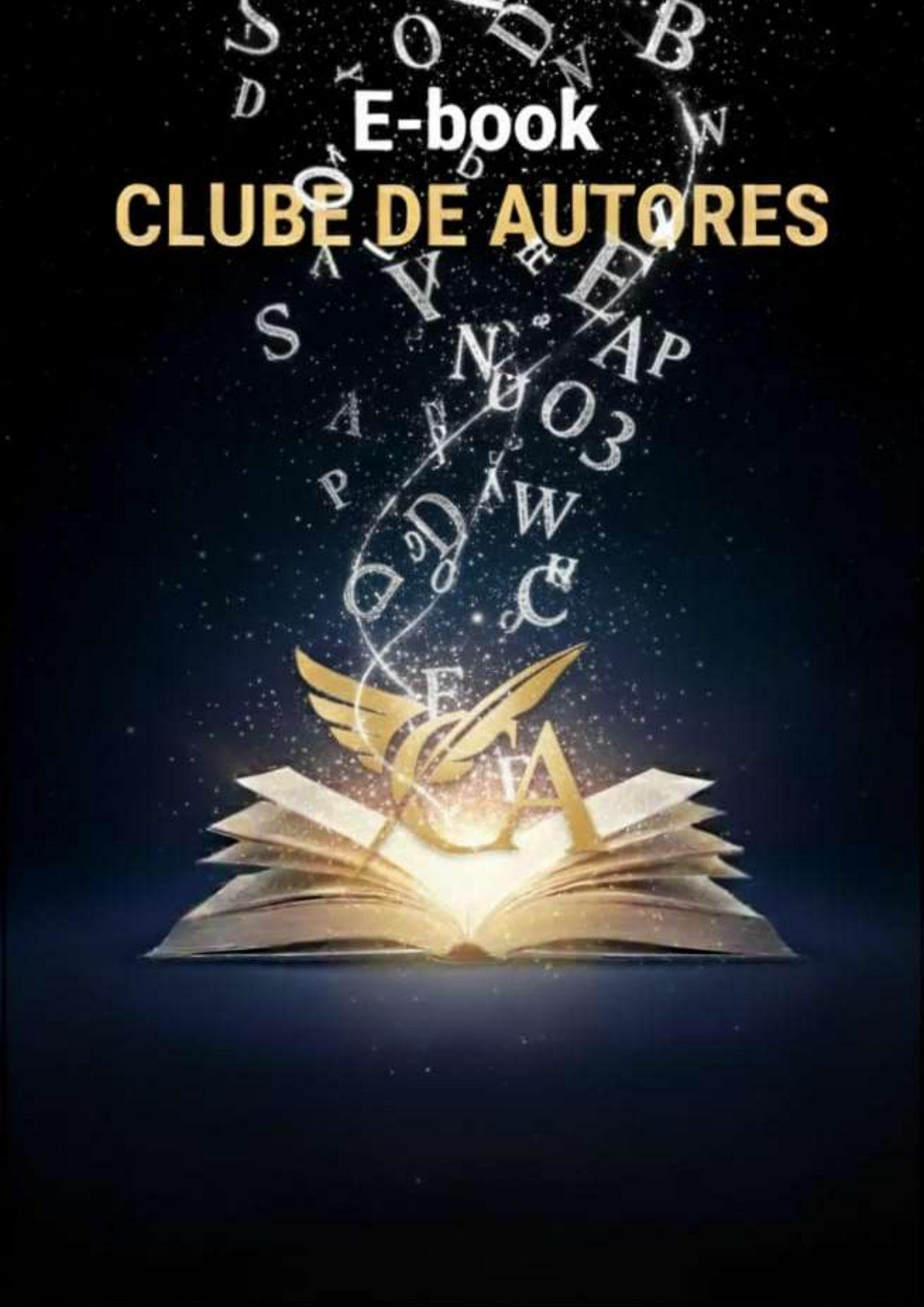
VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VIEIRA-SILVA, M. **A potência do processo grupal.** Psicol. rev. (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 671-688, ago. 2019.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do Pensamento e da linguagem – texto integral, traduzido do russo Pensamento e linguagem.** Tradução: Paulo Bezerra. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

VIGOTSKI, L. S. **Problemas de Defectologia.** Organização e tradução: PRESTES, Zoia; TUNES, Elizabeth. Expressão Popular: São Paulo, 2021.

VOLOBUFF, R. F. **Potencialização da aprendizagem do aluno com TDAH segundo enfoque neuropsicopedagógico aplicados à sala de aula.** Revista Artigos. Com, v. 15, p. e3406-e3406, 2020.


E-book
CLUBE DE AUTORES